EDITAL DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP 009/2025

RETIFICADO E REMARCADO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1739/2025

O Município de Bonópolis, Estado do Goiás, torna público, para conhecimento dos interessados, por meio da Secretaria de Administração e Finanças, que realizará a licitação na modalidade **PREGÃO,** na forma **ELETRÔNICA, SOB O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS,** com critério de julgamento por **MENOR PREÇO POR ITEM,** nos termos da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, na Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, e as exigências estabelecidas neste Edital.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: às 08:00 horas do dia 30 de abril de 2025.

ABERTURA DA SEÇÃO PÚBLICA: às 08:01 horas do dia 30 de abril de 2025.

INÍCIO DA FASE DE LANCES/DISPUTA: às 09:01 horas do 30 de abril de 2025

REFERÊNCIA DE TEMPO: Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão, obrigatoriamente, o horário de Brasília – DF.

ENDEREÇO: As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico no endereço: Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/.

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção, para atender as necessidades do município de Bonópolis, conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I do Edital.

1.2. Nos termos da Lei 14.133/2021 e do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será destinado à participação exclusiva para microempresas (ME) e Empresas de Pequeno porte (cujo valor do item seja de até 80.000,00).

1.3. Nos termos do art. 48, § 3º da Lei 123/2006, fica estabelecida a prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito regional (art. 2º, § 1º, II, da IN 0008/2016), desde que o valor de suas propostas não exceda em mais de 10% (dez por cento) o melhor preço válido apresentado pelas demais participantes, em conformidade com a legislação vigente.

1.4. Este benefício não impede a participação de empresas de outras localidades.

1.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte sediada em âmbito regional poderá ser contratada sendo pago até 10 % (dez por cento) a mais do melhor preço válido, desde que este valor seja compatível com a realidade do mercado.

1.6. Para fins de aplicação do dispositivo contido no item 1.5, considera-se:

1.6.1. Âmbito Regional: limites geográficos da microrregião de Porangatu, código 004, o qual corresponde o município de Bonópolis (art. 2º, §1º, II da NR/TCM 0008/2016), https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_de_Goi%C3%A1s

ASSINADO DIGITALMENTE POR RENIA PATRICIA DE ARAUJO EM 15/04/2025 ÀS 15:53:08.

1.7. O valor máximo estimado unitário da contratação é de **R$ 2.118.808,34 (dois milhões, cento de dezoito mil, oitocentos e oito reais e trinta e quatro centavos).**

1.6. A adjudicação deverá ser feita pelo menor preço por item.

1.7. Os bens a serem adquiridos são definidos como de natureza comum, de acordo com a Lei 14.133/2021.

1.8. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.9. Em caso de discrepância entre as especificações deste objeto descritas no sistema Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/ e as constantes deste edital, prevalecerão as últimas.

2. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes da execução do contrato correrão à conta dos Recursos orçamentários oriundos do Orçamento de 2025, Recursos ordinários conforme estabelecido no item 14 do Termo de Referência.

2.2. A cada exercício financeiro, deverá ser confirmada a disponibilidade de créditos orçamentários.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do Registro Cadastral no Portal Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/ que permite a participação dos interessados na modalidade LICITATÓRIA PREGÃO, em sua FORMA ELETRÔNICA.

3.2. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/ e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Portal - Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o

agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2.1. Nos termos do art. 48, § 3º da Lei 123/2006, fica estabelecida a prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito regional (art. 2º, § 1º, II, da IN 0008/2016), desde que o valor de suas propostas não exceda em mais de 10% (dez por cento) o melhor preço válido apresentado pelas demais participantes, em conformidade com a legislação vigente.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

4.3.2. Pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;

4.3.3. Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

4.3.4. Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

4.3.5. Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta Municipal, nos termos do art. 156, III, § 4º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.6. Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021;

4.3.7. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente;

4.3.8. O impedimento de que trata o item 4.3.1 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

4.3.9. Entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1.nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2.nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao

tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.4.8. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.9. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema;

5.6. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.7. Os documentos que compõem a proposta do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

5.8. Será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, o qual será convocado em campo próprio do sistema.

5.9. Após convocação via sistema, o licitante melhor classificado terá o prazo de até 30 (trinta) minutos para envio dos documentos de habilitação.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R$ 0,01 (um centavo).

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a vinte minutos, a sessão pública será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes do certame, publicada no Portal - Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/, quando serão divulgadas data e hora para a sua reabertura. E será reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será:

7.26.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

7.26.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstas nesta Lei;

7.26.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento específico;

7.26.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

7.26.5. Em igualdade de condições, se não houver desempate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

7.26.6. empresas estabelecidas no território no território do Estado em que este se localize;

7.26.7. empresas brasileiras;

7.26.8. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.9. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

7.27. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.27.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.27.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02 (DUAS) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação no edital, e verificará a habilitação do licitante conforme disposições deste edital,

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de no prazo de 02 (DUAS) horas sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 03 (TRÊS) dias úteis contados da solicitação.

8.6.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.6.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6.3.3. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.6.3.4. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6.3.5. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.6.3.6. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 10 (dez) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.6.3.7. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Encerrada a análise e aceitação da proposta de preço, o licitante melhor classificado será convocado via chat para apresentar os documentos de habilitação no prazo de até 30 (trinta) minutos, os quais deverão ser enviados via sistema Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/

9.2. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.3. Possuir Cadastro do Portal - Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/

9.4. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e o e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (www.portaldatransparencia.gov.br/);

9.5. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

9.6. Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=1660:3:0

9.7. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.8. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. 9.9. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.10. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.11. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.12. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.13. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do Portal - Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica.

9.14. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do Portal - Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/, para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.15. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 02 (DUAS) HORAS, sob pena de inabilitação.

9.16. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.17. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.18. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.19. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.20. Ressalvado o disposto no item 5, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.21. Habilitação jurídica:

9.21.1. As participantes, em se tratando de Sociedades Comerciais, deverão apresentar devidamente registrados no Órgão de Registro do Comércio local de sua sede os respectivos Contratos Sociais e todas as suas alterações subsequentes ou o respectivo instrumento de Consolidação Contratual em vigor, com as posteriores alterações, se houver;

9.21.2. As participantes, em se tratando de Sociedades Civis, deverão apresentar os seus respectivos Atos Constitutivos e todas as alterações subsequentes em vigor, devidamente inscritos no Cartório de Registro Civil, acompanhados de prova da diretoria em exercício;

9.21.3. As participantes, em se tratando de Sociedades por Ações, deverão apresentar as publicações nos Diários Oficiais dos seus respectivos Estatutos Sociais em vigor, acompanhados dos documentos de eleição de seus administradores.

9.21.4. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis;

9.21.5. Para as sociedades empresárias: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.21.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.22. Regularidade fiscal e trabalhista:

a) CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

b) INSCRIÇÃO ESTADUAL - Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS FEDERAIS - Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive a regularidade das contribuições previdenciárias e de terceiros;

d) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS ESTADUAIS - Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, do domicílio ou sede do licitante;

e) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS MUNICIPAIS - Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante;

f) CERTIDÃO REGULARIDADE RELATIVA AO FGTS - Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

g) CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTA - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) obtida no site: www.tst.jus.br/certidao1, ou certidão positiva com efeitos de negativa.

9.22.1. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.23. Qualificação Econômico-Financeira.

9.23.1. Certidão negativa de feitos sobre falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

9.23.2.3. Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, registrado na Junta Comercial do Estado que comprove a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios. A comprovação da boa situação financeira que se trata este item será apurada mediante a obtenção do índice de liquidez geral maior ou igual a 01(um), devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao balanço, cuja apuração dar-se-á através das seguintes fórmulas:

Índice de Liquidez Geral - ILG, maior ou igual a 1:

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Índice de Solvência Geral - ISG, maior ou igual a 1:

$$ISG = \frac{AT}{PC + ELP}$$

Índice de Liquidez Corrente - ILC, maior ou igual a 1:

$$ILC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Endividamento Geral - IEG, menor ou igual a 1:

$$IEG = \frac{PC + ELP}{AT}$$

Onde:

AC= Ativo Circulante

PC= Passivo Circulante

ELP= Exigível a Longo Prazo

AT= Ativo Total

LRP = Realizável a Longo Prazo

9.23.3. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.23.4. As empresas constituídas no ano em exercício independente de sua forma societária e regime fiscal, será exigida apenas a apresentação do Balanço de Abertura.

9.24. Qualificação Técnica

9.24.1. Pelo menos um Atestado(s) de Capacidade Técnica que comprove(m) a aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto desta licitação, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, com firma reconhecida da sua assinatura, tratando-se de pessoa de direito privado, que comprove(m) o fornecimento satisfatório dos produtos objeto desta licitação, devendo, esse(s) atestado(s), conter(em), no mínimo, a identificação da pessoa jurídica e do responsável pela emissão do atestado, identificação do licitante, descrição clara dos produtos/materiais fornecidos, sendo que, as informações que não constarem dos respectivos atestados poderão ser complementadas por meio cópia autenticada de instrumento de contrato ou nota fiscal;

9.25. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal, social e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.25.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.26. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual

período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.27. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.28. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.29. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.30. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.31. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (DUAS) HORAS a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso.

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Cabe recurso em face de:

11.1.1. julgamento das propostas;

11.1.2. ato de habilitação ou inabilitação de licitante;

11.1.3. anulação ou revogação da licitação .

11.2. Nos recursos de julgamento das propostas e de ato de habilitação ou inabilitação de licitante serão observadas as seguintes disposições:

11.2.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais de 3 (três) dias úteis será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação ou, na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei n. 14.133/2021, da ata de julgamento;

11.2.2. A apreciação se dará em fase única.

11.2.3. Declarado o vencedor, o pregoeiro abrirá prazo de 30 (trinta) minutos, durante o qual qualquer licitante poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema eletrônico, manifestar sua intenção de recurso.

11.2.4. A falta de manifestação no prazo estabelecido autoriza o pregoeiro a adjudicar o objeto ao licitante vencedor.

11.2.5. Não será admitida intenção de recurso de caráter protelatório, fundada em mera insatisfação do licitante, ou baseada em fatos genéricos.

11.2.6. O pregoeiro examinará a intenção de recurso, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema eletrônico.

11.2.7. O licitante que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso em campo próprio do sistema no prazo de 3 (três) dias úteis, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados a apresentar contrarrazões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr a partir do término do prazo do recorrente.

11.2.8. Para justificar sua intenção de recorrer e fundamentar suas razões ou contrarrazões de recurso, o licitante interessado poderá solicitar vista dos autos a partir do encerramento da fase de lances.

11.2.9. As intenções de recurso não admitidas e os recursos rejeitados pelo pregoeiro serão a ele dirigidos, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.2.10. O acolhimento do recurso implicará a invalidação apenas dos atos não suscetíveis de aproveitamento.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat"), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

15.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

15.2. O adjudicatário terá o prazo de 05 (CINCO) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 05 (CINCO) dias, a contar da data de seu recebimento.

15.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

15.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

15.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133/2021;

15.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

15.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de extinção do contrato são aquelas previstas no artigo 137 da Lei nº 14.133/2021 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

15.4. O prazo do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data da sua publicação, podendo ser prorrogado sucessivamente nos termos do art. 107, da Lei 14.133/2021.

15.5. Previamente à contratação a Administração realizará consultas para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

15.6. Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

15.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

16. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

16.1. Os preços contratados serão fixos e irreajustáveis, pelo período de 12 (doze) meses a partir da data do orçamento estimado.

16.2. O valor do contrato será fixo e irreajustável, porém poderá ser corrigido anualmente mediante requerimento da contratada, após o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite do orçamento estimado, pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado), tomando-se por base a data da apresentação da proposta.

16.3 - A periodicidade do reajuste é anual, aplicado somente aos pagamentos de valores referentes a eventos físicos realizados a partir do 1° (primeiro) dia imediatamente subsequente ao término do 12º (décimo segundo) mês e, assim, sucessivamente, contado desde a data da apresentação da proposta e de acordo com a vigência do contrato.

16.4 - Após a aplicação do reajuste nos termos deste documento, o novo valor da parcela ou saldo contratual terá vigência e passará a ser praticado, pelo próximo período de 01 (um) ano, sem reajuste adicional e, assim, sucessivamente, durante a existência jurídica do contrato.

16.5. Ocorrendo o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, poderá ser restabelecida a relação que as partes pactuaram inicialmente, nos termos do Art. 124, Inciso II, Alínea d, da Lei 14.133/2021, mediante comprovação documental e requerimento expresso do Contratado.

16.6. O reequilíbrio econômico deverá ser precedido de pesquisa de preços prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e/ou outros meios disponíveis que assegurem o levantamento adequado das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de guardar a justa remuneração do objeto contratado e no embasamento da decisão de deferir ou rejeitar o pedido.

17. DA EXECUÇÃO, GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

17.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas desta Lei, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

17.2. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição.

17.2.1. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

17.2.2. O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.

17.2.3. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

17.3. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço e/ou fornecimento do bem para representá-lo na execução do contrato.

17.4. O contratado será obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados.

17.5. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante.

17.6. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

17.6.1. A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato nem restringir a regularização e o uso das obras e das edificações, inclusive perante o registro de imóveis, ressalvada a hipótese prevista no § 2º do art. 121 da Lei 14.133/2021.

17.6.2. Exclusivamente nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, a Administração responderá solidariamente pelos encargos previdenciários e subsidiariamente pelos encargos trabalhistas se comprovada falha na fiscalização do cumprimento das obrigações do contratado.

17.6.3. Nas contratações de serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, para assegurar o cumprimento de obrigações trabalhistas pelo contratado, a Administração, mediante disposição em edital ou em contrato, poderá, entre outras medidas:

I - exigir caução, fiança bancária ou contratação de seguro-garantia com cobertura para verbas rescisórias inadimplidas;

II - condicionar o pagamento à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas vencidas relativas ao contrato;

III - efetuar o depósito de valores em conta vinculada;

IV - em caso de inadimplemento, efetuar diretamente o pagamento das verbas trabalhistas, que serão deduzidas do pagamento devido ao contratado;

V - estabelecer que os valores destinados a férias, a décimo terceiro salário, a ausências legais e a verbas rescisórias dos empregados do contratado que participarem da execução dos serviços contratados serão pagos pelo contratante ao contratado somente na ocorrência do fato gerador.

17.6.4. Os valores depositados na conta vinculada a que se refere o inciso III do § 3º deste artigo são absolutamente impenhoráveis.

17.6.5. O recolhimento das contribuições previdenciárias observará o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

17.6.6. Na execução do contrato e sem prejuízo das responsabilidades contratuais e legais, o contratado não poderá subcontratar partes do serviço.

18. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

18.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

18.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no contrato;

18.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens e produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do contrato e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

18.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeiçoes, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

18.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

18.1.5. Efetuar o pagamento à contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

18.1.6. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

18.2. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.2.1. Executar devidamente os serviços descritos na Cláusula correspondente do presente contrato, dentro dos melhores parâmetros de qualidade estabelecidos para o ramo de atividade relacionada ao objeto contratual, com observância aos prazos estipulados.

18.2.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de referência e sua proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca.

18.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei no 8.078, de 1990); Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;

18.2.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.2.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

18.2.7. Emitir Nota Fiscal correspondente à sede ou filial da empresa que apresentou a documentação na fase de habilitação.

18.2.8. Executar todas as obrigações assumidas com observância a melhor técnica vigente, enquadrando-se, rigorosamente, dentro dos preceitos legais, normas e especificações técnicas correspondentes.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O fornecimento será realizado mensalmente, de acordo com a demanda das secretárias municipais e fundos de Bonópolis-Goiás.

19.2. O pagamento será realizado no prazo de até 30 (dez) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

19.3. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

19.4. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, nos termos do Art. 90, §21 da Lei no 14.133/2021.

19.4.1. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á´ após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

19.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

19.6. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

19.7. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

19.8. Além do disposto no subitem acima, poderá a autoridade competente, na forma do art. 9o da Medida Provisória no 1.047/21, dispensar a apresentação de documentação de regularidade fiscal ou trabalhista (salvo a comprobatória de regularidade com a Seguridade Social), de forma excepcional e justificada, no caso de haver restrição de fornecedores ou prestadores de serviços.

19.9. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

19.10. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar no 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

I. - dar causa à inexecução parcial do contrato;

II. - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

III. - dar causa à inexecução total do contrato;

IV. - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

V. - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

VI. - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

VII. - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

VIII. - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

IX. - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

X. - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.1. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I.- advertência;

II.- multa;

III.- impedimento de licitar e contratar;

IV.- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

V.Na aplicação das sanções serão considerados:

VI.- a natureza e a gravidade da infração cometida;

VII.- as peculiaridades do caso concreto;

VIII.- as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IX.- os danos que dela provierem para a Administração Pública;

X.- a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

20.2.3. A sanção prevista no inciso I do item 20.2, será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

20.2.4. A sanção prevista no inciso II do item 20.2, calculada na forma do contrato, será de 15% (quinze por cento) do valor do contrato celebrado e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei 14.133/2021.

20.2.5. A sanção prevista no inciso III do item 20.2 deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta da Prefeitura Municipal de Bonópolis-GO, pelo prazo de 3 (três) anos.

20.2.6. A sanção prevista no inciso IV do item 20.2. deste termo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 da Lei 14.133/2021, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 20.2.6, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.2.7. A sanção estabelecida no inciso IV do item 20.2 deste termo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva do prefeito municipal.

20.2.8. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do item 20.2. deste termo, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do mesmo item.

20.2.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.2.10. A aplicação das sanções previstas no item 20.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.2.11. Na aplicação da sanção prevista no inciso II do item 20.2. deste termo, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.2.12. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do item 20.2. requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o contratado para, no prazo de

15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

21. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

21.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

21.2. A IMPUGNAÇÃO DEVERÁ ser realizada EXCLUSIVAMENTE por FORMA ELETRÔNICA no sistema Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/

21.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo órgão de assessoramento jurídico, decidir sobre a impugnação no prazo de três dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

21.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório serão enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico, na forma do edital, exclusivamente por meio eletrônico via internet, em campo próprio do Sistema Portal- Bolsa Nacional de Compras – BNC, no site https://bnc.org.br/ e no endereço eletrônico cpl.bonopolis@gmail.com

21.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

21.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

21.8. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

21.9. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

21.10. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados, bem como outros avisos de ordem geral, serão cadastradas no sítio https://www.bonopolis.go.gov.br/, sendo de responsabilidade dos licitantes, seu acompanhamento.

21.11. Não serão conhecidas as impugnações apresentadas após o respectivo prazo legal ou, no caso de empresas, que estejam subscritas por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pela proponente.

21.12. A petição de impugnação apresentada por empresa deve ser firmada por sócio, pessoa designada para a administração da sociedade empresária, ou procurador, e vir acompanhada, conforme o caso, de estatuto ou contrato social e suas posteriores alterações, se houver, do ato de designação do administrador, ou de procuração pública ou particular (instrumento de mandato com poderes para impugnar o Edital).

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

22.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil

subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

22.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

22.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico: https://bnc.org.br/ e também poderão ser lidos e/ou obtidos no Portal da Transparência da https://www.bonopolis.go.gov.br/

22.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS;

ANEXO III– MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA;

ANEXO IV – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ME- EPP

ANEXO V – MINUTA DO CONTRATO;

ANEXO VI– MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Bonópolis-Goiás, 07 de abril de 2025.

KEROLAYNE DIAS PINHEIRO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 009/2025

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção, para atender as necessidades do município de Bonópolis, conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I do Edital, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas abaixo:

LOTE	ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	MÉDIA ARITMÉTICA	TOTAL
1	1	AÇO CA-50 - 6,3 MM (1/4") - barra com 12m	br	1000	27,03	27.030,00
1	2	AÇO CA-50 - 8,0 MM (5/16") - barra com 12m	br	1000	44,43	44.430,00
1	3	AÇO CA-50 10,0 MM (3/8") - barra com 12m	br	500	70,71	35.355,00
1	4	AÇO CA-50 12,5 MM (1/2") - barra com 12m	br	500	111,66	55.830,00
1	5	AÇO CA-60 B - 5,0 MM - barra com 12m	br	2000	20,93	41.860,00
1	6	ARAME GALVANIZADO Nº 14 BWG	Kg	300	29,43	8.829,00
1	7	ARAME GALVANIZADO Nº 18 BWG	Kg	300	30,69	9.207,00
1	8	ARAME RECOZIDO 18 BWG	Kg	500	30,71	15.355,00
1	9	AREIA FINA	m3	300	216,26	64.878,00
1	10	AREIA GROSSA	m3	300	206,86	62.058,00
1	11	AREIA MÉDIA	m3	300	203,42	61.026,00
1	12	ARGAMASSA DE CIMENTO COLA FLEXIVEL (EXTERIOR) embalagem com 20kg	Kg	430	64,68	27.812,40
1	13	ARGAMASSA DE CIMENTO COLANTE embalagem com 20kg	Kg	715	22,08	15.787,20
1	14	ARGAMASSA DE REJUNTAMENTO	Kg	500	7,75	3.875,00
1	15	BRITA Nº 0	m3	125	362,22	45.277,50
1	16	BRITA Nº 1	m3	125	346,66	43.332,50
1	17	CAIBRO 5x6 CM	m	2950	13,58	40.061,00
1	18	CAL PARA PINTURA	Kg	1500	26,88	40.320,00
1	19	CERÂMICA 30X40 (DIMENSÃO APROXIMADA) - REVESTIMENTO DE PAREDE	m2	1730	40,57	70.186,10
1	20	CERAMICA 45x45 (DIMENSÃO APROXIMADA) - PISO PEI MAIOR OU IGUAL A 4	m2	2250	35,35	79.537,50
1	21	CHAPA GALVANIZADA 40 CM (Nº 26)	m	100	34,12	3.412,00
1	22	CHAPA GALVANIZADA 60 CM (Nº 26)	m	100	57,00	5.700,00
1	23	CIMENTO PORTLAND CPII-32 - embalagem com 50kg	Kg	3000	42,91	128.730,00
1	24	CUMEEIRA PARA TELHA COLONIAL RESINADA COR VERMELHA	un	500	2,21	1.105,00
1	25	CUMEEIRA PARA TELHA PLAN RESINADA COR VERMELHA	un	500	5,68	2.840,00

1	26	DILUENTE AGUARRÁS	LITRO	100	21,19	2.119,00
1	27	DOBRADIÇA FERRO POLIDO 3.1/2 x 3" COM PARAFUSO	un	300	5,80	1.740,00
1	28	EMULSÃO ASFÁLTICA À BASE D'ÁGUA REF.: NEUTROL (ISOL 2) / IGOL 2 OU EQUIVALENTE	LITRO	180	219,95	39.591,00
1	29	FECHADURA TIPO ALAVANCA 6236 I LAFONTE /8766 I-18 IMAB OU EQUIVALENTE	un	100	75,12	7.512,00
1	30	FECHO LATERAL (TIPO ORELHA) PARA JANELA DE CORRER	PAR	100	14,50	1.450,00
1	31	LIXA PARA FERRO Nº 100	un	150	3,48	522,00
1	32	LIXA PARA PAREDE Nº 100	un	300	1,86	558,00
1	33	MASSA CORRIDA ACRILICA embalagem com 20kg	Kg	25	80,16	2.004,00
1	34	MASSA CORRIDA PVA embalagem com 20kg	Kg	250	50,53	12.632,50
1	35	MASSA PLASTICA	Kg	25	18,29	457,25
1	36	PORTA LISA 60/DURADOR/COSTELO/FUCK	un	20	221,64	4.432,80
1	37	PORTA LISA 70/DURADOR/COSTELO/FUCK	un	30	258,17	7.745,10
1	38	PORTA LISA 80/DURADOR/COSTELO/FUCK	un	40	257,62	10.304,80
1	39	PORTA LISA 90x210/DURADOR/COSTELO/FUCK	un	10	314,08	3.140,80
1	40	PORTAL DE MADEIRA	Jg	100	321,47	32.147,00
1	41	POSTE MADEIRA ROLIÇA (EUCALIPTO COM TRATAMENTO) PARA CERCA (H = 2,20 M)	un	200	32,21	6.442,00
1	42	PREGO 15x15	Kg	50	18,57	928,50
1	43	PREGO 17 X 21	Kg	150	18,99	2.848,50
1	44	PREGO 18x24	Kg	100	18,52	1.852,00
1	45	PREGO 18x30	Kg	50	18,55	927,50
1	46	PREGO 19x27	Kg	50	18,37	918,50
1	47	RIPA DE MADEIRA 5x1	m	3000	2,81	8.430,00
1	48	RIPAO DE MADEIRA 15 CM	m	280	6,43	1.800,40
1	49	SARRAFO DE MADEIRA 10 CM	m	3000	5,62	16.860,00
1	50	SELADOR ACRILICO embalagem com 18L	LITRO	50	120,06	6.003,00
1	51	TABUA PARA FORMA (30CM)	m	750	62,90	47.175,00
1	52	TELHA AMERICANA RESINADA COR VERMELHA	un	20000	2,26	45.200,00
1	53	TELHA ONDULADA 6 MM (L=1,10 M)	m2	366	118,63	43.418,58
1	54	TELHA PLAN RESINADA COR VERMELHA	un	20000	1,38	27.600,00
1	55	TIJOLO COMUM MACIÇO (4,5x9x19cm)	un	15000	1,52	22.800,00
1	56	TIJOLO FURADO 9X14X29 CM 6 FUROS	un	75000	1,29	96.750,00
1	57	TIJOLO FURADO 9x19x19 CM	un	50000	1,27	63.500,00
1	58	TINTA ESMALTE	LITRO	75	105,52	7.914,00
1	59	TINTA LATEX ACRÍLICA 2ª LINHA/ECONÔMICA embalagem com 18L	LITRO	50	413,23	20.661,50
1	60	TINTA PVA LATEX embalagem com 18L	LITRO	50	430,00	21.500,00
1	61	TINTA TEXTURIZADA embalagem com 25kg	Kg	100	158,30	15.830,00
1	62	VIDRO LISO 4 MM - CORTADO E COLOCADO	m2	15	191,33	2.869,95
1	63	VIDRO LISO 5 MM - CORTADO E COLOCADO	m2	75	271,23	20.342,25

1	64	VIDRO TEMPERADO 10 MM S/METAIS - CORTADO E COLOCADO	m2	30	257,07	7.712,10
1	65	VIGOTA DE MADEIRA 6x12	m	1000	29,44	29.440,00
1	66	CABO DE COBRE NU 10 MM2	m	100	10,49	1.049,00
1	67	CABO DE COBRE NU 16 MM2	m	50	18,54	927,00
1	68	CABO FLEXIVEL PARALELO 2 X 1,0 MM2	m	1000	6,97	6.970,00
1	69	CABO FLEXIVEL PARALELO 2 X 1,5 MM2	m	1000	5,61	5.610,00
1	70	CABO FLEXIVEL PARALELO 2 X 2,5 MM2	m	1000	8,67	8.670,00
1	71	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 10 MM2	m	500	12,21	6.105,00
1	72	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 4 MM2	m	2000	6,00	12.000,00
1	73	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 2,5 MM2	m	5000	2,94	14.700,00
1	74	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 6 MM2	m	1000	7,27	7.270,00
1	75	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 10 A 32- A	un	200	14,32	2.864,00
1	76	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 35 A 50- A	un	25	24,98	624,50
1	77	DISJUNTOR TRIPOLAR 40 A 50A	un	20	53,45	1.069,00
1	78	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS (DPS) 275V 90 KA	un	10	156,37	1.563,70
1	79	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL (MANGUEIRA CORRUGADA LEVE) DIAM. 20MM	m	1250	2,39	2.987,50
1	80	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL (MANGUEIRA CORRUGADA LEVE) DIAM. 25MM	m	2000	2,90	5.800,00
1	81	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL (MANGUEIRA CORRUGADA LEVE) DIAM. 32MM	m	1000	3,70	3.700,00
1	82	FITA ISOLANTE, ROLO DE 10,00 M	un	50	8,39	419,50
1	83	FITA ISOLANTE, ROLO DE 20,00 M	un	50	15,39	769,50
1	84	FITA ISOLANTE, ROLO DE 5,00 M	un	100	4,98	498,00
1	85	HASTE COPPERWELD 5/8" X 2,40 M COM CONECTOR	un	25	90,66	2.266,50
1	86	INTERRUPTOR 1 SEÇÃO (LINHA X OU EQUIVALENTE) - CONJUNTO	un	200	11,13	2.226,00
1	87	INTERRUPTOR 2 SEÇÕES (LINHA X OU EQUIVALENTE) - CONJUNTO	un	75	11,79	884,25
1	88	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (DR) BIPOLAR DE 40A- 30mA	un	5	38,58	192,90
1	89	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (DR) BIPOLAR DE 63A- 30MA	un	5	168,97	844,85
1	90	INTERRUPTOR PARALELO SIMPLES (1 SECAO) - (SUPORTE+MÓDULO+ESPELHO)	un	50	15,25	762,50
1	91	INTERRUPTOR SIMPLES (1 SECAO) - (SUPORTE+MÓDULO+ESPELHO)	un	100	11,01	1.101,00
1	92	INTERRUPTOR SIMPLES (2 SECOES) - (SUPORTE+MÓDULOS+ESPELHO)	un	50	11,71	585,50
1	93	INTERRUPTOR SIMPLES (3 SECOES) - (SUPORTE+MÓDULOS+ESPELHO)	un	25	14,97	374,25
1	94	INTERRUPTOR SIMPLES 1 SEÇÃO E 1 TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A CONJUGADOS - (SUPORTE+MÓDULOS+ESPELHO)	un	350	18,97	6.639,50

1	95	LÂMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 12/15 W, 1000 A 1400 LUMENS, LUZ BRANCA	un	250	21,23	5.307,50
1	96	LÂMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 17/20 W, 1500 A 1900 LUMENS, LUZ BRANCA	un	100	25,53	2.553,00
1	97	LÂMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 30 W, 2400 A 3000 LUMENS, LUZ BRANCA	un	50	30,91	1.545,50
1	98	LÂMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 8/9 W, 800 A 900 LUMENS, LUZ BRANCA	un	250	14,75	3.687,50
1	99	PADRAO MONOFASICO 10 MM2 H=5 METROS	un	10	1.024,33	10.243,30
1	100	PADRAO MONOFASICO 10 MM2 H=7 METROS	un	10	1.110,70	11.107,00
1	101	PADRAO TRIFASICO 10 MM2 H=5 METROS	un	3	1.753,80	5.261,40
1	102	PADRAO TRIFASICO 10 MM2 H=7 METROS	un	3	2.385,72	7.157,16
1	103	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE EMBUTIR EM PVC CB 12E - 80A	un	30	131,68	3.950,40
1	104	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE EMBUTIR EM PVC CB 24E - 80A	un	10	175,93	1.759,30
1	105	TAMPA CEGA PLÁSTICA 4"X2" COM FURO CENTRAL (PARA TV/SOM...)	un	150	5,90	885,00
1	106	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A - 250V (LINHA X OU EQUIVALENTE) - CONJUNTO MONTADO	un	500	11,13	5.565,00
1	107	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 20A - 250V (LINHA X OU EQUIVALENTE) - CONJUNTO MONTADO	un	50	10,81	540,50
1	108	TOMADA HEXAGONAL DUPLA 2P + T - 10A - 250V (SUPORTE+MÓDULOS+ESPELHO)	un	50	15,20	760,00
1	109	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'ÁGUA 25X3/4"	un	20	17,49	349,80
1	110	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'ÁGUA 50X1.1/2	un	20	31,29	625,80
1	111	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO 25X3/4"	un	100	5,72	572,00
1	112	ADESIVO PLASTICO - BISNAGA 75 G	un	150	8,50	1.275,00
1	113	ADESIVO PLASTICO - FRASCO 850 G	un	10	18,33	183,30
1	114	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO	un	30	14,70	441,00
1	115	ASSENTO SIMPLES EM POLIPROPILENO PARA VASO SANITÁRIO	un	30	112,78	3.383,40
1	116	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX - 40 CM COM PARAFUSOS E BUCHAS PARA FIXAÇÃO	un	5	123,78	618,90
1	117	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX - 80 CM COM PARAFUSOS E BUCHAS PARA FIXAÇÃO	un	5	148,71	743,55
1	118	BRAÇO METÁLICO PARA CHUVEIRO 30 CM	un	20	30,29	605,80
1	119	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA 50 X 40 mm - (ESGOTO)	un	100	6,25	625,00
1	120	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL CURTA 32 X 25 MM	un	30	3,66	109,80
1	121	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 50 X 25 MM	un	50	8,33	416,50
1	122	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 50 X 32 MM	un	20	8,84	176,80

1	123	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 1000 LTS. COM TAMPA	un	10	528,46	5.284,60
1	124	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 500 LTS. COM TAMPA	un	20	445,60	8.912,00
1	125	CAIXA DE DESCARGA (PVC) 9 LITROS	un	30	47,69	1.430,70
1	126	CAIXA DE GORDURA E INSPEÇÃO 19 LITROS EM PVC/ABS COM TAMPA E PORTA TAMPA E CESTO DE LIMPEZA REMOVÍVEL	un	20	149,73	2.994,60
1	127	CAP DIAM. 100 MM ESGOTO PRIMARIO	un	10	12,81	128,10
1	128	CAP DIAM. 50 MM ESGOTO PRIMARIO	un	10	8,30	83,00
1	129	CAP DIAM. 75 MM ESGOTO PRIMARIO	un	10	10,68	106,80
1	130	CAP PVC ROSCAVEL DIAMETRO 1/2"	un	100	1,86	186,00
1	131	CAP PVC ROSCAVEL DIAMETRO 3/4"	un	30	4,72	141,60
1	132	CAP PVC SOLDAVEL 25 MM	un	50	2,86	143,00
1	133	CAP PVC SOLDAVEL 32 MM	un	20	4,70	94,00
1	134	CAP PVC SOLDAVEL 50 MM	un	10	9,47	94,70
1	135	CHUVEIRO DE PVC COM BRAÇO DE PVC (DUCHA FRIA)	un	30	30,28	908,40
1	136	CHUVEIRO ELETRICO EM PVC (3 TEMPERATURAS)	un	20	87,66	1.753,20
1	137	CONJUNTO DE FIXAÇÃO COM BUCHA PLÁSTICA 10MM PARA VASO SANITÁRIO	un	30	9,37	281,10
1	138	CORPO CAIXA SIFONADA 100 X 100 X 50 MM	un	50	20,39	1.019,50
1	139	CORPO CAIXA SIFONADA 150 X 150 X 50 MM	un	50	28,90	1.445,00
1	140	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAMETRO 100 mm (ESGOTO)	un	5	37,61	188,05
1	141	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAMETRO 40 mm (ESGOTO)	un	10	19,27	192,70
1	142	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAMETRO 50 mm (ESGOTO)	un	10	23,39	233,90
1	143	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAMETRO 75 mm - (ESGOTO)	un	5	38,90	194,50
1	144	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	un	200	6,73	1.346,00
1	145	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM	un	20	8,49	169,80
1	146	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	un	100	31,59	3.159,00
1	147	FITA VEDAROSCA 18 MM, embalagem com 50M	METROS	100	15,65	1.565,00
1	148	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 100 mm - (ESGOTO)	un	20	9,97	199,40
1	149	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 40 mm - (ESGOTO)	un	50	6,71	335,50
1	150	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 50 mm (ESGOTO)	un	20	8,99	179,80
1	151	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 75 mm (ESGOTO)	un	10	9,58	95,80
1	152	JOELHO 45 GRAUS SOLDÁVEL DIAM. 25 MM	un	50	1,93	96,50
1	153	JOELHO 45 GRAUS SOLDÁVEL DIAM. 50 MM	un	20	10,77	215,40
1	154	JOELHO 45 GRUAS SOLDÁVEL DIAM. 32 MM	un	10	6,11	61,10
1	155	JOELHO 90 GRAUS C/ANEL 40 MM	un	100	6,45	645,00
1	156	JOELHO 90 GRAUS C/ANEL 50 MM	un	50	9,70	485,00

1	157	JOELHO 90 GRAUS C/ROSCA E BUCHA LATAO 1/2"	un	300	9,03	2.709,00
1	158	JOELHO 90 GRAUS C/ROSCA E BUCHA LATAO 3/4"	un	300	8,58	2.574,00
1	159	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 100 mm (ESGOTO)	un	50	10,10	505,00
1	160	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 40 mm (ESGOTO)	un	250	4,77	1.192,50
1	161	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 50 mm (ESGOTO)	un	50	6,66	333,00
1	162	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 75 mm (ESGOTO)	un	20	9,97	199,40
1	163	JOELHO 90 GRAUS SOLD.C/BUCHA LATAO DIAM. 25 X 3/4"	un	50	8,42	421,00
1	164	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	un	500	1,98	990,00
1	165	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM	un	100	2,87	287,00
1	166	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	un	100	10,36	1.036,00
1	167	JOELHO DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDÁVEL COM BUCHA LATAO 25X1/2"	un	250	8,94	2.235,00
1	168	JUNCAO 45 GRAUS DIAMETRO 40 mm (ESGOTO)	un	20	6,88	137,60
1	169	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 100 X 100 mm (ESGOTO)	un	10	21,30	213,00
1	170	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 100 X 50 MM - (ESGOTO)	un	10	34,57	345,70
1	171	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 100 X 75 MM (ESGOTO)	un	10	38,39	383,90
1	172	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 50 X 50 MM (ESGOTO)	un	10	11,04	110,40
1	173	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 75 X 50 MM - (ESGOTO)	un	10	28,32	283,20
1	174	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 75 X 75 MM - (ESGOTO)	un	10	27,50	275,00
1	175	KIT CAVALETE (D=25MM P/ HIDRÔMETROS 1,5 M3; 3 M3 E 5 M3) + CAIXA PADRÃO "A" DA SANEAGO	un	25	141,44	3.536,00
1	176	LAVATÓRIO MÉDIO COM COLUNA	un	30	265,93	7.977,90
1	177	LAVATÓRIO MÉDIO SEM COLUNA	un	20	155,50	3.110,00
1	178	LIGACAO FLEXIVEL (ENGATE) PVC 1/2"	un	150	12,31	1.846,50
1	179	LUVA DE REDUCAO SOLDÁVEL 32 X 25 MM	un	20	3,35	67,00
1	180	LUVA DE REDUÇÃO SOLDAVEL COM BUCHA DE LATAO 25 X 3/4"	un	100	3,55	355,00
1	181	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL COM BUCHA LATAO 25X1/2"	un	100	8,80	880,00
1	182	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL COM ROSCA 25X1/2"	un	100	5,26	526,00
1	183	LUVA SIMPLES DIAMETRO 100 mm - (ESGOTO)	un	50	10,28	514,00
1	184	LUVA SIMPLES DIAMETRO 40 mm (ESGOTO)	un	100	3,95	395,00
1	185	LUVA SIMPLES DIAMETRO 50 mm (ESGOTO)	un	50	5,94	297,00
1	186	LUVA SIMPLES DIAMETRO 75 mm - (ESGOTO)	un	25	10,58	264,50
1	187	LUVA SOLDAVEL 25 MM	un	250	1,45	362,50
1	188	LUVA SOLDAVEL 32 MM	un	20	2,87	57,40
1	189	LUVA SOLDAVEL 50 MM	un	50	9,66	483,00

1	190	NIPLE COM ROSCA DIAMETRO 1/2"	un	20	2,90	58,00
1	191	NIPLE COM ROSCA DIAMETRO 3/4"	un	20	4,00	80,00
1	192	PARAFUSO DE FIXACAO PARA LAVATORIO COM BUCHA PLASTICA 8 MM	PR	50	5,93	296,50
1	193	PIA MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1,00 X 0,54 M (DIMENSÕES APROXIMADAS)	un	5	361,23	1.806,15
1	194	PIA MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1,20 X 0,54 (DIMENSÕES APROXIMADAS)	un	15	349,47	5.242,05
1	195	PIA MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 2,00 X 0,54 M (DIMENSÕES APROXIMADAS)	un	5	502,70	2.513,50
1	196	PLUG PVC COM ROSCA 1/2	un	250	2,67	667,50
1	197	REDUCAO EXCENTRICA 100 X 50 MM - (ESGOTO)	un	5	9,90	49,50
1	198	REDUCAO EXCENTRICA 100 X 75 MM - (ESGOTO)	un	5	12,69	63,45
1	199	REDUCAO EXCENTRICA 75 X 50 MM - (ESGOTO)	un	5	9,97	49,85
1	200	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAM. 1"	un	10	97,76	977,60
1	201	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAM.1.1/2"	un	10	100,27	1.002,70
1	202	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAM.3/4"	un	50	97,20	4.860,00
1	203	REGISTRO DE PRESSAO C/CANOPLA DIAM. 3/4"	un	50	106,30	5.315,00
1	204	SABONETEIRA EM METAL / ACABAMENTO CROMADO C/ BUCHA/PARAFUSO	un	20	36,92	738,40
1	205	SIFAO FLEXIVEL UNIVERSAL (SANFONADO) EM PVC PARA LAVATORIO	un	100	7,96	796,00
1	206	TANQUE MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1 BATEDOR	un	10	155,22	1.552,20
1	207	TANQUE MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1 CUBA E 1 BATEDOR	un	25	155,22	3.880,50
1	208	TANQUE MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 2 CUBAS E 1 BATEDOR	un	15	156,50	2.347,50
1	209	TE 90 GRAUS DIAMETRO 40 MM - (ESGOTO)	un	200	16,70	3.340,00
1	210	TE 90 GRAUS SOLDAVEL COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL 25 X 25 X 1/2"	un	50	9,70	485,00
1	211	TE 90 GRAUS SOLDAVEL COM ROSCA NA BOLSA CENTRAL 25 X 25 X 1/2"	un	50	9,53	476,50
1	212	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	un	250	5,48	1.370,00
1	213	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM	un	50	6,11	305,50
1	214	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	un	100	12,04	1.204,00
1	215	TE DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDAVEL 50 X 25 MM	un	50	12,95	647,50
1	216	TE DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDAVEL 50 X 32 MM	un	10	17,33	173,30
1	217	TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 100 mm - (ESGOTO)	un	100	19,10	1.910,00
1	218	TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 50 mm - (ESGOTO)	un	25	16,44	411,00
1	219	TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 75 mm - (ESGOTO)	un	10	16,27	162,70
1	220	TE SANITARIO DIAMETRO 50 X 50 mm - (ESGOTO)	un	50	7,66	383,00

1	221	TE SANITARIO DIAMETRO 75 X 50 mm - (ESGOTO)	un	10	10,48	104,80
1	222	TE SANITARIO DIAMETRO 75 X 75 mm - (ESGOTO)	un	10	10,98	109,80
1	223	TORNEIRA DE BOIA DIAMETRO 3/4" (20 MM)	un	50	69,17	3.458,50
1	224	TORNEIRA DE MESA PARA PIA DIAMETRO 1/2 - BICA MÓVEL	un	15	91,06	1.365,90
1	225	TORNEIRA DE PAREDE COM AREJADOR PARA TANQUE DIAM. 1/2" E 3/4"	un	25	183,44	4.586,00
1	226	TORNEIRA DE PAREDE PARA PIA OU BEBEDOURO DIÂMETRO 1/2" E 3/4"	un	25	165,96	4.149,00
1	227	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	600	78,57	47.142,00
1	228	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 40 MM	m	900	48,78	43.902,00
1	229	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 50 MM	m	480	65,50	31.440,00
1	230	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 75 MM	m	150	80,40	12.060,00
1	231	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 25 MM	m	900	25,58	23.022,00
1	232	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 32 MM	m	150	54,35	8.152,50
1	233	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 50 MM	m	600	98,92	59.352,00
1	234	VALVULA PARA LAVATORIO PVC 1"	un	50	16,16	808,00
1	235	VALVULA PARA TANQUE PVC 1"	un	75	5,22	391,50
1	236	VASO SANITARIO COM CAIXA ACOPLADA COM DUPLO ACIONAMENTO	un	20	676,14	13.522,80
1	237	VASO SANITARIO CONVENCIONAL	un	10	296,80	2.968,00
					TOTAL	R$ 2.118.808,34

1.2. Nos termos da Lei 14.133/2021 e do artigo 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006, o objeto licitado será destinado à participação exclusiva para microempresas (ME) e Empresas de Pequeno porte (cujo valor do item seja de até 80.000,00).

1.2.1. Verificou-se que há fornecedores enquadrados como microempresa e empresa de pequeno porte capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório (item 4 do ETP), desta forma deverá cumprir com a Lei Complementar nº 123/2006.

1.2.2. Além disso, a este processo será aplicado a prioridade local conforme Art. 48, § 3º da LEI COMPLEMENTAR Nº 123, DE 14 DE DEZEMBRO DE 2006, com base na pesquisa de preços e históricos de compras do mesmo objeto, onde é possível constar que há o mínimo 3 (três) microempresas e empresas de pequeno porte regional (art. 2º, §1º, II da NR/TCM 0008/2016) competitivas, capazes de atender a este objeto. Além de que, o referido benefício não causa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado.

1.3. Nos termos do art. 48, § 3º da Lei 123/2006, fica estabelecida a prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas em âmbito regional (art. 2º, § 1º, II, da IN 0008/2016), desde que estas estejam sediadas localmente, e que o valor de suas propostas não exceda em mais de 10% (dez por cento) o melhor preço válido apresentado pelas demais participantes, em conformidade com a legislação vigente.

1.4. Este benefício não impede a participação de empresas de outras localidades.

1.5. A microempresa ou empresa de pequeno porte sediada regionalmente poderá ser contratada sendo pago até 10 % (dez por cento) a mais do melhor preço válido, desde que este valor seja compatível com a realidade do mercado.

1.6. Para fins de aplicação do dispositivo contido no item 1.5, considera-se:

1.6.1. Âmbito Regional: limites geográficos da microrregião de Porangatu, código 004, o qual corresponde o município de Bonópolis (art. 2º, §1º, II da NR/TCM 0008/2016), https://pt.wikipedia.org/wiki/Lista_de_mesorregi%C3%B5es_e_microrregi%C3%B5es_de_Goi%C3%A1s

1.7. O valor máximo estimado unitário da contratação é de **R$ R$ 2.118.808,34 (dois milhões, cento e dezoito mil, oitocentos e oito reais e trinta e quatro centavos).**

1.8. A adjudicação deverá ser feita pelo menor preço por item.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

Considerando a necessidade de atender às demandas da administração municipal de Bonópolis quanto à manutenção e conservação dos prédios públicos, vias urbanas e rurais, bem como a execução de pequenas obras e reparos emergenciais, torna-se essencial a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção.

O Registro de Preços para aquisição sob demanda visa garantir maior eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, permitindo que as aquisições ocorram conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária, evitando desperdícios e reduzindo custos administrativos com a realização de múltiplos processos licitatórios.

Além disso, a previsibilidade no fornecimento de materiais contribuirá para a continuidade dos serviços essenciais, evitando interrupções que possam comprometer o bem-estar da população e a execução de projetos estruturantes do município. A contratação por meio de Registro de Preços possibilita ainda a aquisição de insumos com melhores condições comerciais, assegurando qualidade e padronização dos materiais utilizados nas obras públicas.

Dessa forma, justifica-se a necessidade da contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção, garantindo maior eficiência na execução das atividades municipais e melhor atendimento às necessidades da comunidade de Bonópolis.

Visando promover o desenvolvimento econômico no âmbito regional (art. 48, § 3º da Lei 123/2006 c/c art. 2º, § 1º, II, da IN 00008/2016), terá prioridade de contratação as microempresas e empresas de pequeno porte sediadas localmente, até o limite de 10 % (dez por cento) do melhor preço válido.

Conforme consulta 00003/2018, Técnico Administrativa realizada ao TCM/GO " Uma vez cabível a realização de processo licitatório destinado exclusivamente à participação de MEs e EPPs nos itens de contratação cujo valor seja de até R$ 80.000,00, porquanto apurado que existem no mínimo 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como ME e EPP sediados local ou regionalmente, ***poderão participar da licitação quaisquer empresas enquadradas com ME e EPP, sejam ou não sediadas local/regionalmente, em que pese haver margem de preferência a estas, até o limite de 10% do melhor preço válido, tal como regrado no § 3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/06".***

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os bens a serem adquiridos são definidos como de natureza comum, de acordo com a Lei 14.133/2021.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1 Trata-se de compra frequente e parcelada, ficando estipulado prazo de entrega de até 02 (dois) dias úteis, contados do recebimento da ORDEM DE FORNECIMENTO.

A definição do prazo de entrega em 05 (cinco) dias justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade e o bom funcionamento dos serviços públicos municipais. O município de Bonópolis não dispõe de almoxarifado adequado para o armazenamento de grandes quantidades de produtos, e os espaços disponíveis são limitados, o que inviabiliza o estoque prolongado de materiais.

Além disso, a entrega rápida contribui para a otimização da gestão de recursos, evitando desperdícios, perdas e vencimentos de produtos, assegurando que os equipamentos adquiridos sejam utilizados de forma imediata e eficaz. Dessa forma, o prazo reduzido de entrega visa garantir maior eficiência na execução das atividades administrativas e assistenciais, beneficiando diretamente a população que depende dos serviços prestados.

4.2 Os materiais de construção deverão ser entregues no local indicado na Ordem de Compra em horário de expediente, sendo das 08h às 17h.

4.3 As entregas serão periódicas de acordo com a necessidade das respectivas secretárias e fundos, conforme especificado nas Ordens de Fornecimento, em horário de expediente no seguinte local: Rua São José ,quadra 51,lote 5 a 10,Bonópolis-Go,CEP-76.570-000

4.4 Todos os produtos devem conter embalagem própria, sendo que serão rejeitados quando não atenderem a qualidade descrita na cláusula primeira.

4.5 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.5.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.6. O recebimento definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1.receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4.acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada.

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1.efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

6.1.2.responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3.substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4.comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.5.manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.6.indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 117 da Lei n° 14.133, de 2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.4. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.7. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.8. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no

mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.9. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta junto aos órgãos oficiais para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº3, de 26 de abril de 2018.

10.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = (6 / 10) \; I = 0{,}00016438$$

$$TX = \text{Percentual da taxa anual} = 6\%$$

$$365$$

11. DO REAJUSTE

11.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da datal imite para a apresentação das propostas.

11.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice INPC exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.
11.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.
11.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.
11.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
11.8 O reajuste será realizado por apostilamento ou termo aditivo de alteração contratual.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1 Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. Comete infração o licitante que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

f) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

g) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

h) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

i) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

13.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

13.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

13.3. Multa:

13.3.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 25 (vinte e cinco) dias

13.3.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

13.3.3. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

13.3.4. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de 5% (cinco por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

13.3.5. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

13.3.6. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

13.3.7. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 15% (quinze por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

13.3.8. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 10% (dez por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

13.14. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

13.15. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

13.16. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

13.17. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

13.18. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.19. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.20. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial.

13.21. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

13.22. Na aplicação das sanções serão considerados:

13.22.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

as peculiaridades do caso concreto;

13.22.2. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.22.3. os danos que dela provierem para o Contratante; e

13.22.4. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.23. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

13.25. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

13.26. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

13.27. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.28. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

14.DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

14.1. As despesas com a contratação estão previstas na seguinte dotação:
FICHA-439.013.018.010.302.1.011.2.069.33.90.30.24.102
FICHA-545.014.020.008.244.811.2.021.33.90.30.24.100

FICHA-658.017.001.012.361.1.211.2.035.33.90.30.024.101
FICHA-041.010.004.004.122.411.2.003.33.90.30.24.100

O presente termo foi elaborado pela equipe técnica do setor de compras e segue aprovado pela autoridade competente abaixo assinado.

KEROLAYNE DIAS PINHEIRO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 009/2025

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

Empresa:

CNPJ:

Endereço:

Cidade:

Estado:

Fone:

Fax:

E-mail:

Para fins de Pagamento:

Banco:

Agência:

C/Corrente:

Prazo de validade desta proposta: 60 (sessenta) dias.

Prazo de entrega/execução do(s) medicamentos: XX (XXXX) dias a contar do recebimento da Nota de empenho

Declaramos que no preço proposto estão incluídas todas as despesas ou encargos de qualquer natureza resultante da execução do objeto licitado, considerando os itens entregues/executados no Local indicado neste Edital Declaramos ainda que concordamos com todos os termos do Edital Pregão n.º 009/2025 e seus Anexos.

LOTE	ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	MÉDIA ARITMÉTICA	TOTAL
1	1	AÇO CA-50 - 6,3 MM (1/4") - barra com 12m	br	250		
1	2	AÇO CA-50 - 8,0 MM (5/16") - barra com 12m	br	250		
1	3	AÇO CA-50 10,0 MM (3/8") - barra com 12m	br	125		
1	4	AÇO CA-50 12,5 MM (1/2") - barra com 12m	br	125		
1	5	AÇO CA-60 B - 5,0 MM - barra com 12m	br	500		
1	6	ARAME GALVANIZADO Nº 14 BWG	Kg	75		
1	7	ARAME GALVANIZADO Nº 18 BWG	Kg	75		

1	8	ARAME RECOZIDO 18 BWG	Kg	125		
1	9	AREIA FINA	m3	75		
1	10	AREIA GROSSA	m3	75		
1	11	AREIA MÉDIA	m3	75		
1	12	ARGAMASSA DE CIMENTO COLA FLEXIVEL (EXTERIOR) embalagem com 20kg	Kg	107,5		
1	13	ARGAMASSA DE CIMENTO COLANTE embalagem com 20kg	Kg	178,75		
1	14	ARGAMASSA DE REJUNTAMENTO	Kg	125		
1	15	BRITA Nº 0	m3	31,25		
1	16	BRITA Nº 1	m3	31,25		
1	17	CAIBRO 5x6 CM	m	737,5		
1	18	CAL PARA PINTURA	Kg	375		
1	19	CERÂMICA 30X40 (DIMENSÃO APROXIMADA) - REVESTIMENTO DE PAREDE	m2	432,5		
1	20	CERAMICA 45x45 (DIMENSÃO APROXIMADA) - PISO PEI MAIOR OU IGUAL A 4	m2	562,5		
1	21	CHAPA GALVANIZADA 40 CM (Nº 26)	m	25		
1	22	CHAPA GALVANIZADA 60 CM (Nº 26)	m	25		
1	23	CIMENTO PORTLAND CPII-32 - embalagem com 50kg	Kg	750		
1	24	CUMEEIRA PARA TELHA COLONIAL RESINADA COR VERMELHA	un	125		
1	25	CUMEEIRA PARA TELHA PLAN RESINADA COR VERMELHA	un	125		
1	26	DILUENTE AGUARRÁS	LITRO	25		
1	27	DOBRADIÇA FERRO POLIDO 3.1/2 x 3" COM PARAFUSO	un	75		
1	28	EMULSÃO ASFÁLTICA À BASE D'ÁGUA REF.: NEUTROL (ISOL 2) / IGOL 2 OU EQUIVALENTE	LITRO	45		
1	29	FECHADURA TIPO ALAVANCA 6236 I LAFONTE /8766 I-18 IMAB OU EQUIVALENTE	un	25		
1	30	FECHO LATERAL (TIPO ORELHA) PARA JANELA DE CORRER	PAR	25		
1	31	LIXA PARA FERRO Nº 100	un	37,5		
1	32	LIXA PARA PAREDE Nº 100	un	75		
1	33	MASSA CORRIDA ACRILICA embalagem com 20kg	Kg	6,25		
1	34	MASSA CORRIDA PVA embalagem com 20kg	Kg	62,5		
1	35	MASSA PLASTICA	Kg	6,25		
1	36	PORTA LISA 60/DURADOR/COSTELO/FUCK	un	5		
1	37	PORTA LISA 70/DURADOR/COSTELO/FUCK	un	7,5		
1	38	PORTA LISA 80/DURADOR/COSTELO/FUCK	un	10		
1	39	PORTA LISA 90x210/DURADOR/COSTELO/FUCK	un	2,5		
1	40	PORTAL DE MADEIRA	Jg	25		
1	41	POSTE MADEIRA ROLIÇA (EUCALIPTO COM TRATAMENTO) PARA CERCA (H = 2,20 M)	un	50		
1	42	PREGO 15x15	Kg	12,5		
1	43	PREGO 17 X 21	Kg	37,5		
1	44	PREGO 18x24	Kg	25		
1	45	PREGO 18x30	Kg	12,5		
1	46	PREGO 19x27	Kg	12,5		
1	47	RIPA DE MADEIRA 5x1	m	750		
1	48	RIPAO DE MADEIRA 15 CM	m	70		

1	49	SARRAFO DE MADEIRA 10 CM	m	750		
1	50	SELADOR ACRILICO embalagem com 18L	LITRO	12,5		
1	51	TABUA PARA FORMA (30CM)	m	187,5		
1	52	TELHA AMERICANA RESINADA COR VERMELHA	un	5000		
1	53	TELHA ONDULADA 6 MM (L=1,10 M)	m2	91,5		
1	54	TELHA PLAN RESINADA COR VERMELHA	un	5000		
1	55	TIJOLO COMUM MACIÇO (4,5x9x19cm)	un	3750		
1	56	TIJOLO FURADO 9X14X29 CM 6 FUROS	un	18750		
1	57	TIJOLO FURADO 9x19x19 CM	un	12500		
1	58	TINTA ESMALTE	LITRO	18,75		
1	59	TINTA LATEX ACRÍLICA 2ª LINHA/ECONÔMICA embalagem com 18L	LITRO	12,5		
1	60	TINTA PVA LATEX embalagem com 18L	LITRO	12,5		
1	61	TINTA TEXTURIZADA embalagem com 25kg	Kg	25		
1	62	VIDRO LISO 4 MM - CORTADO E COLOCADO	m2	3,75		
1	63	VIDRO LISO 5 MM - CORTADO E COLOCADO	m2	18,75		
1	64	VIDRO TEMPERADO 10 MM S/METAIS - CORTADO E COLOCADO	m2	7,5		
1	65	VIGOTA DE MADEIRA 6x12	m	250		
1	66	CABO DE COBRE NU 10 MM2	m	25		
1	67	CABO DE COBRE NU 16 MM2	m	12,5		
1	68	CABO FLEXIVEL PARALELO 2 X 1,0 MM2	m	250		
1	69	CABO FLEXIVEL PARALELO 2 X 1,5 MM2	m	250		
1	70	CABO FLEXIVEL PARALELO 2 X 2,5 MM2	m	250		
1	71	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 10 MM2	m	125		
1	72	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 4 MM2	m	500		
1	73	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 2,5 MM2	m	1250		
1	74	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 6 MM2	m	250		
1	75	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 10 A 32- A	un	50		
1	76	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 35 A 50- A	un	6,25		
1	77	DISJUNTOR TRIPOLAR 40 A 50A	un	5		
1	78	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS (DPS) 275V 90 KA	un	2,5		
1	79	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL (MANGUEIRA CORRUGADA LEVE) DIAM. 20MM	m	312,5		
1	80	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL (MANGUEIRA CORRUGADA LEVE) DIAM. 25MM	m	500		
1	81	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL (MANGUEIRA CORRUGADA LEVE) DIAM. 32MM	m	250		
1	82	FITA ISOLANTE, ROLO DE 10,00 M	un	12,5		
1	83	FITA ISOLANTE, ROLO DE 20,00 M	un	12,5		
1	84	FITA ISOLANTE, ROLO DE 5,00 M	un	25		
1	85	HASTE COPPERWELD 5/8" X 2,40 M COM CONECTOR	un	6,25		
1	86	INTERRUPTOR 1 SEÇÃO (LINHA X OU EQUIVALENTE) - CONJUNTO	un	50		
1	87	INTERRUPTOR 2 SEÇÕES (LINHA X OU EQUIVALENTE) - CONJUNTO	un	18,75		
1	88	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (DR) BIPOLAR DE 40A-30mA	un	1,25		
1	89	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (DR) BIPOLAR DE 63A-30MA	un	1,25		

1	90	INTERRUPTOR PARALELO SIMPLES (1 SECAO) - (SUPORTE+MÓDULO+ESPELHO)	un	12,5		
1	91	INTERRUPTOR SIMPLES (1 SECAO) - (SUPORTE+MÓDULO+ESPELHO)	un	25		
1	92	INTERRUPTOR SIMPLES (2 SECOES) - (SUPORTE+MÓDULOS+ESPELHO)	un	12,5		
1	93	INTERRUPTOR SIMPLES (3 SECOES) - (SUPORTE+MÓDULOS+ESPELHO)	un	6,25		
1	94	INTERRUPTOR SIMPLES 1 SEÇÃO E 1 TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A CONJUGADOS - (SUPORTE+MÓDULOS+ESPELHO)	un	87,5		
1	95	LÂMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 12/15 W, 1000 A 1400 LUMENS, LUZ BRANCA	un	62,5		
1	96	LÂMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 17/20 W, 1500 A 1900 LUMENS, LUZ BRANCA	un	25		
1	97	LÂMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 30 W, 2400 A 3000 LUMENS, LUZ BRANCA	un	12,5		
1	98	LÂMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 8/9 W, 800 A 900 LUMENS, LUZ BRANCA	un	62,5		
1	99	PADRAO MONOFASICO 10 MM2 H=5 METROS	un	2,5		
1	100	PADRAO MONOFASICO 10 MM2 H=7 METROS	un	2,5		
1	101	PADRAO TRIFASICO 10 MM2 H=5 METROS	un	0,75		
1	102	PADRAO TRIFASICO 10 MM2 H=7 METROS	un	0,75		
1	103	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE EMBUTIR EM PVC CB 12E - 80A	un	7,5		
1	104	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE EMBUTIR EM PVC CB 24E - 80A	un	2,5		
1	105	TAMPA CEGA PLÁSTICA 4"X2" COM FURO CENTRAL (PARA TV/SOM...)	un	37,5		
1	106	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A - 250V (LINHA X OU EQUIVALENTE) - CONJUNTO MONTADO	un	125		
1	107	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 20A - 250V (LINHA X OU EQUIVALENTE) - CONJUNTO MONTADO	un	12,5		
1	108	TOMADA HEXAGONAL DUPLA 2P + T - 10A - 250V (SUPORTE+MÓDULOS+ESPELHO)	un	12,5		
1	109	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'ÁGUA 25X3/4"	un	5		
1	110	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'ÁGUA 50X1.1/2	un	5		
1	111	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO 25X3/4"	un	25		
1	112	ADESIVO PLASTICO - BISNAGA 75 G	un	37,5		
1	113	ADESIVO PLASTICO - FRASCO 850 G	un	2,5		
1	114	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO	un	7,5		
1	115	ASSENTO SIMPLES EM POLIPROPILENO PARA VASO SANITÁRIO	un	7,5		
1	116	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX - 40 CM COM PARAFUSOS E BUCHAS PARA FIXAÇÃO	un	1,25		
1	117	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX - 80 CM COM PARAFUSOS E BUCHAS PARA FIXAÇÃO	un	1,25		
1	118	BRAÇO METÁLICO PARA CHUVEIRO 30 CM	un	5		
1	119	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA 50 X 40 mm - (ESGOTO)	un	25		
1	120	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL CURTA 32 X 25 MM	un	7,5		
1	121	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 50 X 25 MM	un	12,5		
1	122	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 50 X 32 MM	un	5		
1	123	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 1000 LTS. COM TAMPA	un	2,5		
1	124	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 500 LTS. COM TAMPA	un	5		

1	125	CAIXA DE DESCARGA (PVC) 9 LITROS	un	7,5		
1	126	CAIXA DE GORDURA E INSPEÇÃO 19 LITROS EM PVC/ABS COM TAMPA E PORTA TAMPA E CESTO DE LIMPEZA REMOVÍVEL	un	5		
1	127	CAP DIAM. 100 MM ESGOTO PRIMARIO	un	2,5		
1	128	CAP DIAM. 50 MM ESGOTO PRIMARIO	un	2,5		
1	129	CAP DIAM. 75 MM ESGOTO PRIMARIO	un	2,5		
1	130	CAP PVC ROSCAVEL DIAMETRO 1/2"	un	25		
1	131	CAP PVC ROSCAVEL DIAMETRO 3/4"	un	7,5		
1	132	CAP PVC SOLDAVEL 25 MM	un	12,5		
1	133	CAP PVC SOLDAVEL 32 MM	un	5		
1	134	CAP PVC SOLDAVEL 50 MM	un	2,5		
1	135	CHUVEIRO DE PVC COM BRAÇO DE PVC (DUCHA FRIA)	un	7,5		
1	136	CHUVEIRO ELETRICO EM PVC (3 TEMPERATURAS)	un	5		
1	137	CONJUNTO DE FIXAÇÃO COM BUCHA PLÁSTICA 10MM PARA VASO SANITÁRIO	un	7,5		
1	138	CORPO CAIXA SIFONADA 100 X 100 X 50 MM	un	12,5		
1	139	CORPO CAIXA SIFONADA 150 X 150 X 50 MM	un	12,5		
1	140	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAMETRO 100 mm (ESGOTO)	un	1,25		
1	141	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAMETRO 40 mm (ESGOTO)	un	2,5		
1	142	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAMETRO 50 mm (ESGOTO)	un	2,5		
1	143	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAMETRO 75 mm - (ESGOTO)	un	1,25		
1	144	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	un	50		
1	145	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM	un	5		
1	146	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	un	25		
1	147	FITA VEDAROSCA 18 MM, embalagem com 50M	METROS	25		
1	148	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 100 mm - (ESGOTO)	un	5		
1	149	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 40 mm - (ESGOTO)	un	12,5		
1	150	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 50 mm (ESGOTO)	un	5		
1	151	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 75 mm (ESGOTO)	un	2,5		
1	152	JOELHO 45 GRAUS SOLDÁVEL DIAM. 25 MM	un	12,5		
1	153	JOELHO 45 GRAUS SOLDÁVEL DIAM. 50 MM	un	5		
1	154	JOELHO 45 GRUAS SOLDÁVEL DIAM. 32 MM	un	2,5		
1	155	JOELHO 90 GRAUS C/ANEL 40 MM	un	25		
1	156	JOELHO 90 GRAUS C/ANEL 50 MM	un	12,5		
1	157	JOELHO 90 GRAUS C/ROSCA E BUCHA LATAO 1/2"	un	75		
1	158	JOELHO 90 GRAUS C/ROSCA E BUCHA LATAO 3/4"	un	75		
1	159	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 100 mm (ESGOTO)	un	12,5		
1	160	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 40 mm (ESGOTO)	un	62,5		
1	161	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 50 mm (ESGOTO)	un	12,5		
1	162	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 75 mm (ESGOTO)	un	5		
1	163	JOELHO 90 GRAUS SOLD.C/BUCHA LATAO DIAM. 25 X 3/4"	un	12,5		
1	164	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	un	125		
1	165	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM	un	25		
1	166	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	un	25		
1	167	JOELHO DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDÁVEL COM BUCHA LATAO 25X1/2"	un	62,5		

1	168	JUNCAO 45 GRAUS DIAMETRO 40 mm (ESGOTO)	un	5		
1	169	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 100 X 100 mm (ESGOTO)	un	2,5		
1	170	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 100 X 50 MM - (ESGOTO)	un	2,5		
1	171	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 100 X 75 MM (ESGOTO)	un	2,5		
1	172	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 50 X 50 MM (ESGOTO)	un	2,5		
1	173	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 75 X 50 MM - (ESGOTO)	un	2,5		
1	174	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 75 X 75 MM - (ESGOTO)	un	2,5		
1	175	KIT CAVALETE (D=25MM P/ HIDRÔMETROS 1,5 M3; 3 M3 E 5 M3) + CAIXA PADRÃO "A" DA SANEAGO	un	6,25		
1	176	LAVATÓRIO MÉDIO COM COLUNA	un	7,5		
1	177	LAVATÓRIO MÉDIO SEM COLUNA	un	5		
1	178	LIGACAO FLEXIVEL (ENGATE) PVC 1/2"	un	37,5		
1	179	LUVA DE REDUCAO SOLDÁVEL 32 X 25 MM	un	5		
1	180	LUVA DE REDUÇÃO SOLDAVEL COM BUCHA DE LATAO 25 X 3/4"	un	25		
1	181	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL COM BUCHA LATAO 25X1/2"	un	25		
1	182	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL COM ROSCA 25X1/2"	un	25		
1	183	LUVA SIMPLES DIAMETRO 100 mm - (ESGOTO)	un	12,5		
1	184	LUVA SIMPLES DIAMETRO 40 mm (ESGOTO)	un	25		
1	185	LUVA SIMPLES DIAMETRO 50 mm (ESGOTO)	un	12,5		
1	186	LUVA SIMPLES DIAMETRO 75 mm - (ESGOTO)	un	6,25		
1	187	LUVA SOLDAVEL 25 MM	un	62,5		
1	188	LUVA SOLDAVEL 32 MM	un	5		
1	189	LUVA SOLDAVEL 50 MM	un	12,5		
1	190	NIPLE COM ROSCA DIAMETRO 1/2"	un	5		
1	191	NIPLE COM ROSCA DIAMETRO 3/4"	un	5		
1	192	PARAFUSO DE FIXACAO PARA LAVATORIO COM BUCHA PLASTICA 8 MM	PR	12,5		
1	193	PIA MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1,00 X 0,54 M (DIMENSÕES APROXIMADAS)	un	1,25		
1	194	PIA MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1,20 X 0,54 (DIMENSÕES APROXIMADAS)	un	3,75		
1	195	PIA MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 2,00 X 0,54 M (DIMENSÕES APROXIMADAS)	un	1,25		
1	196	PLUG PVC COM ROSCA 1/2	un	62,5		
1	197	REDUCAO EXCENTRICA 100 X 50 MM - (ESGOTO)	un	1,25		
1	198	REDUCAO EXCENTRICA 100 X 75 MM - (ESGOTO)	un	1,25		
1	199	REDUCAO EXCENTRICA 75 X 50 MM - (ESGOTO)	un	1,25		
1	200	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAM. 1"	un	2,5		
1	201	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAM.1.1/2"	un	2,5		
1	202	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAM.3/4"	un	12,5		
1	203	REGISTRO DE PRESSAO C/CANOPLA DIAM. 3/4"	un	12,5		
1	204	SABONETEIRA EM METAL / ACABAMENTO CROMADO C/ BUCHA/PARAFUSO	un	5		
1	205	SIFAO FLEXIVEL UNIVERSAL (SANFONADO) EM PVC PARA LAVATORIO	un	25		
1	206	TANQUE MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1 BATEDOR	un	2,5		
1	207	TANQUE MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1 CUBA E 1 BATEDOR	un	6,25		

1	208	TANQUE MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 2 CUBAS E 1 BATEDOR	un	3,75		
1	209	TE 90 GRAUS DIAMETRO 40 MM - (ESGOTO)	un	50		
1	210	TE 90 GRAUS SOLDAVEL COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL 25 X 25 X 1/2"	un	12,5		
1	211	TE 90 GRAUS SOLDAVEL COM ROSCA NA BOLSA CENTRAL 25 X 25 X 1/2"	un	12,5		
1	212	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	un	62,5		
1	213	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM	un	12,5		
1	214	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	un	25		
1	215	TE DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDAVEL 50 X 25 MM	un	12,5		
1	216	TE DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDAVEL 50 X 32 MM	un	2,5		
1	217	TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 100 mm - (ESGOTO)	un	25		
1	218	TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 50 mm - (ESGOTO)	un	6,25		
1	219	TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 75 mm - (ESGOTO)	un	2,5		
1	220	TE SANITARIO DIAMETRO 50 X 50 mm - (ESGOTO)	un	12,5		
1	221	TE SANITARIO DIAMETRO 75 X 50 mm - (ESGOTO)	un	2,5		
1	222	TE SANITARIO DIAMETRO 75 X 75 mm - (ESGOTO)	un	2,5		
1	223	TORNEIRA DE BOIA DIAMETRO 3/4" (20 MM)	un	12,5		
1	224	TORNEIRA DE MESA PARA PIA DIAMETRO 1/2 - BICA MÓVEL	un	3,75		
1	225	TORNEIRA DE PAREDE COM AREJADOR PARA TANQUE DIAM. 1/2" E 3/4"	un	6,25		
1	226	TORNEIRA DE PAREDE PARA PIA OU BEBEDOURO DIÂMETRO 1/2" E 3/4"	un	6,25		
1	227	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	150		
1	228	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 40 MM	m	225		
1	229	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 50 MM	m	120		
1	230	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 75 MM	m	37,5		
1	231	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 25 MM	m	225		
1	232	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 32 MM	m	37,5		
1	233	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 50 MM	m	150		
1	234	VALVULA PARA LAVATORIO PVC 1"	un	12,5		
1	235	VALVULA PARA TANQUE PVC 1"	un	18,75		
1	236	VASO SANITARIO COM CAIXA ACOPLADA COM DUPLO ACIONAMENTO	un	5		
1	237	VASO SANITARIO CONVENCIONAL	un	2,5		

Preço Total por extenso:

Local, XX de XXXX de 2025.

.....

Representante Legal da Empresa

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 009/2025

ANEXO III

DECLARAÇÃO CONJUNTA

A inscrita no CNPJ sob nº XXXXXXXXXXXX, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXXXXXXXXXX e do CPF nº XXXXXXXXXXXXXX, DECLARA:

1. que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;

2. para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;

3. data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4. que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;

5. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;

6. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;

7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;

8. que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

9. que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação;

10. o e-mail: , como sendo o oficial da licitante para recebimento de comunicações, convocações e notificações.

11. que caso vencedora os dados do representante legal da licitante que deverão constar na minuta do contrato/ata de registro de preços para formalização são:

Nome : , CPF: , RG: .

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), XX de XXXXXXX de 2025.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 009/2025

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO MICROEMPRESA OU EMPRESADE PEQUENO PORTE

A empresa , inscrita no CNPJ: sediada à Rua , n.º , com sede na Cidade de , por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) , portador (a) da Carteira de Identidade nº e de CPF nº..... DECLARA para todos os fins sob as sanções administrativas cabíveis e sob penas da Lei, que esta empresa, na presente data, é considerada:

( ) MICROEMPRESA, conforme Inciso I, art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006;

( ) EMPRESA DE PEQUENO PORTE, conforme inciso II, art. 3º da lei Complementar nº123/12006. DECLARA ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de janeiro de 2006.

(LOCAL DO ESTABELECIMENTO), XX de XXXXXXXX de 2025.

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)

OBS.: A declaração acima deverá ser assinalada com um “X”, ratificando-se a condição jurídica da empresa licitante e ter a assinatura do representante legal.

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 009/2025

ANEXO V

MINUTA DE CONTRATO Nº ...../2025

O MUNICÍPIO DE BONÓPOLIS, ESTADO DE GOIÁS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ (MF) sob N.º ....., sediada na Rua ----------, Bonópolis-GO, neste ato representada pelo senhor, ..., brasileiro, inscrito no CPF nº ---------- e portador do RG Sob o nº----------, residente e domiciliado na cidade de ....., Estado do ....., no gozo de seus plenos direitos doravante denominado de CONTRATANTE e de outro ....., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ: ....., estabelecida na..... Neste ato representado pelo Sr....., residente e domiciliado na..... Doravante designada simplesmente CONTRATADO.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL O presente instrumento contratual está fundamentado na Pregão Eletrônico nº__2025 com fulcro na lei de licitações e contratos administrativos nº. 14.133 de 1º de abril de 2021, Decreto municipal nº__ /2021 que regulamenta aplicação da lei 14.133/2021 no âmbito do município de Bonópolis -GO, nos princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado e nas cláusulas que seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção, para atender as necessidades do município de Bonópolis, conforme especificações constantes nas planilhas e Termo de Referência – Anexo I do Edital.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR E DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

LOTE	SEQUENCIA	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	MARCA	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS PAGAMENTOS

3.1. Os pagamentos serão efetuados, em até 30 dias após o fornecimento dos produtos prestados e da nota fiscal;

3.2. Para a execução do pagamento de que trata o item anterior o CONTRATADO deverá fazer constar na nota fiscal, o número do contrato ou do documento hábil com a descrição do objeto, sem rasura, em nome da CONTRATANTE, o número de sua conta bancária, o nome do Banco e a respectiva Agência em que deverá ser creditado o valor devido pela remuneração apurada.

3.3. Havendo erro na nota fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à licitante vencedora, pelo responsável da solicitação e o pagamento ficará pendente até que aquela providencie as devidas correções. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou representação do documento fiscal, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

3.4. É obrigação do CONTRATADO de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação na licitação, ou para a qualificação, na contratação direta, conforme art. 92º, inciso XVI da lei nº. 14.133/2021.

3.5. O pagamento será efetuado por meio de ordem transferência bancaria em nome do CONTRATADO.

CLÁUSULA QUARTA - DA FORMA DE EXECUÇÃO

4.1. A empresa CONTRATADA deverá entregar os produtos de acordo com as necessidades de consumo da administração pública municipal de Bonópolis -GO;

4.2. A autorização será emitida, em duas vias, devidamente assinadas pelo responsável da secretaria solicitante, ou por alguém designado pelo mesmo;

4.3. O prazo de entrega dos produtos é de 05 (cinco) dias úteis, contados do(a) recebimento da Ordem de Fornecimento e/ou Nota de Empenho, ou ainda outro documento equivalente, em remessa única, do respectivo pedido;

4.4. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

4.5. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 24h (vinte e quatro horas), a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (A)

As obrigações da CONTRATADO (A):

5.1. Executar e cumprir fielmente o Contrato em estrita conformidade com todas as disposições contidas neste termo;

5.2. Possuir quantitativos suficiente para atender as necessidades da CONTRATANTE a partir da data de assinatura do Contrato, de forma regular sem interrupções, observando todas as normas específicas da legislação vigente com referência a execução do objeto;

5.3. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o presente termo, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE;

5.4. Comprovar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE, à quitação das obrigações trabalhistas, previdenciária, tributárias e fiscais, como condição à percepção do valor faturado;

5.5. Enviar á CONTRATANTE Nota Fiscal com a discriminação do fornecimento realizado;

5.6. Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que por ventura possam vir a ocorrer, nos termos da Lei;

5.7. A CONTRATADA deverá apresentar-se sempre que a CONTRATANTE convocar;

5.8. A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas, independente da natureza, para o fornecimento contratado.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

As obrigações da CONTRATANTE:

6.1. Providenciar os pagamentos devidos ao CONTRATADO, nos prazos estipulados, e de acordo com as Notas Fiscais/Faturas emitidas e atestados a prestação dos serviços pelo responsável pela fiscalização;

6.2. Fiscalizar e acompanhar a prestação dos serviços, por intermédio de servidor designado especialmente para este fim;

6.3. Comunicar ao CONTRATADO, através do executor designado, toda e quaisquer irregularidades ocorridas na prestação dos serviços e exigir as devidas providências que demandem do CONTRATADO;

6.4. Designar o responsável pelo acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços;

6.5. Atestar a execução da prestação dos serviços efetivamente realizada e conforme as especificações técnicas dos serviços;

6.6. Fornecer ao CONTRATADO os elementos necessários à defesa de seus direitos, sejam documentos, procurações, certidões etc., sempre que se fizer necessário e assim que lhes for solicitado;

6.7. Arcar com todas as despesas e custas necessárias ao fiel desempenho do contrato e dele decorrentes.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA DA CONTRATAÇÃO

O prazo de vigência desta contratação dar-se-á de sua assinatura até 31 de dezembro de 2025, podendo ser prorrogado nos termos do Art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRECIMOS E SUPRESSÕES

8.1. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas conforme o art. 124 da lei 14.133/2021;

8.2. Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei 14.133/2021, o contratado será obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, acréscimos ou supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato que se fizerem nas obras, nos serviços ou nas compras, e, no caso de reforma de edifício ou de equipamento, o limite para os acréscimos será de 50% (cinquenta por cento) conforme art. 125 da lei 14.133/2021;

8.3. A formalização do termo aditivo é condição para a execução, pelo contratado, das prestações determinadas pela Administração no curso da execução do contrato, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês conforme art. 132 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA NONA - DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS

As despesas decorrentes desta contratação ocorrerão por conta das seguintes dotações orçamentaria:

CLÁUSULA DECIMA - DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. As infrações e sanções administrativa será aplicada ao contratado conforme o previsto nos artigos 155 e 156 da lei nº 14. 133/2021;

10.2. A aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do art. 156 Lei nº 14.133/2021, requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir;

10.3. Em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional não seja formado de servidores estatutários, a comissão a que se refere ao item anterior será composta de 2 (dois) ou mais empregados públicos pertencentes aos seus quadros permanentes, preferencialmente com, no mínimo, 3 (três) anos de tempo de serviço no órgão ou entidade.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA - DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

11.1. Da aplicação das sanções previstas nos incisos I, II e III do art. 156 da Lei 14.133/2021 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação conforme art. 166 da lei 14.133/2021;

11.2. O recurso de que trata o item anterior será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos;

11.3. Da aplicação da sanção prevista no inciso IV do art. 156 da lei 14.133/2021 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento conforme art. 167 da lei 14.133/2021;

11.4. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente conforme art. 168 da lei 14.133/2021;

11.5. Na elaboração de suas decisões, a autoridade competente será auxiliada pelo órgão de assessoramento jurídico, que deverá dirimir dúvidas e subsidiá-la com as informações necessárias.

CLÁUSULA DECIMA SEGUNDA - DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará sua rescisão, com as consequências contratuais, de acordo com o disposto nos Artigos 137 a 139 da Lei n.º 14.133/2021. Os casos de rescisão serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DECIMA TERCEIRA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da 14.133/2021, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para

assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, conforme o disposto no art. 117 da lei 14.133/2021.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

14.1. Para a eficácia da contratação a mesma deverá ser publicada conforme segue:

14.2. Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei Nº 14.133/2021 no PNCP se referir a aviso, autorização ou extrato, a publicidade dar-se-á através de sua publicação no Diário Oficial do Município, sem prejuízo de sua tempestiva disponibilização no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver;

14.3. Quando a divulgação obrigatória dos atos exigidos pela citada Lei Nº 14.133/2021 no PNCP se referir a inteiro teor de documento, edital, contrato ou processo, a publicidade dar-se-á através de sua disponibilização integral e tempestiva no Portal da Transparência do Município, sem prejuízo de eventual publicação no sistema de acompanhamento de contratações do Tribunal de Contas local, se houver.

CLÁUSULA DECIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES FINAIS

Fica eleito o Foro da Comarca de Porangatu-GO, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento deste instrumento.

E, por estarem assim justas e acertadas, celebram o presente Contrato em 03 (três) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual vai assinado pelas partes, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Bonópolis, Estado do Goiás, ... de ..... de .....

CONTRATANTE: .....

CONTRATADA:.....

TESTEMUNHAS

1) NOME

CPF.:

2) NOME

CPF.:

PREGÃO ELETRÔNICO SRP 009/2025

ANEXO VI

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O(A).....(órgão ou entidade pública que gerenciará a ata de registro de preços), com sede no(a) ....., na cidade de ....., inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., neste ato representado(a) pelo(a) ..... (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº ..... de ..... de ..... de 202..., publicada no ..... de ..... de ..... de ....., portador da matrícula funcional nº .....,, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº ...../202..., publicada no ..... de ...../...../202....., processo administrativo n.º ....., RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de licitação ou Aviso da Contratação Direta, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no Decreto n.º 11.462, de 31 de março de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO 1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual contratação de ..... , especificado(s) no(s) item(ns)..... do ..... Termo de Referência, anexo ..... [do edital de Licitação nº ...../20...] ou [do Aviso da Contratação Direta nº], que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades mínimas e máximas de cada item, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Fornecedor (razão social, CNPJ/MF, endereço, contatos, representante)							
LOTE	**SEQUENCIA**	**DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO**	**UNIDADE**	**QUANTIDADE**	**MARCA**	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

3.1. O órgão gerenciador será o .....(nome do órgão)....

3.2. {Além do gerenciador, não há [ou] São} órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

Item nº	Orgãos Participantes	Unidade	Quantidade

4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do item 4.1.

Dos limites para as adesões

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite previsto no item 4.6.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita

ao limite de que trata o item 4.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

5.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.

5.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.2. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.2.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.3. Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021. 5.4. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.4.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital ou no aviso de contratação direta e se obrigar nos limites dela;

5.4.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.4.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.4.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.4.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.5. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.6. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.7. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.7.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação direta; e

5.7.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.8. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.9. Após a homologação da licitação ou da contratação direta, o licitante mais bem classificado ou o fornecedor, no caso da contratação direta, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação ou no aviso de contratação direta, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.9.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.10. A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital ou no aviso de contratação, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazêlo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 9.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 5.7.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 7.2 e no item 7.2.1, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos no art. 32 do Decreto nº 11.462, de 2023.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades dos Estados, do Distrito Federal ou de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do item 8.3, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital ou no aviso de contratação direta.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade

participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 9.1, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

11. CONDIÇÕES GERAIS

11.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

11.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver). Local e data Assinaturas Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s).

Bonópolis -GO, XX, de XXXXX de 2025.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Processo Administrativo n° 1739/2025)

INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade abaixo especificada.

O objetivo principal é estudar detalhadamente a necessidade e identificar no mercado a melhor solução para suprila, em observância às normas vigentes e aos princípios que regem a Administração Pública.

1 - DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Fundamentação: descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público (Inciso I do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Considerando a necessidade de atender às demandas da administração municipal de Bonópolis quanto à manutenção e conservação dos prédios públicos, vias urbanas e rurais, bem como a execução de pequenas obras e reparos emergenciais, torna-se essencial a contratação de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção.

O Registro de Preços para aquisição sob demanda visa garantir maior eficiência e economicidade na gestão dos recursos públicos, permitindo que as aquisições ocorram conforme a necessidade e disponibilidade orçamentária, evitando desperdícios e reduzindo custos administrativos com a realização de múltiplos processos licitatórios.

Além disso, a previsibilidade no fornecimento de materiais contribuirá para a continuidade dos serviços essenciais, evitando interrupções que possam comprometer o bem-estar da população e a execução de projetos estruturantes do município. A contratação por meio de Registro de Preços possibilita ainda a aquisição de insumos com melhores condições comerciais, assegurando qualidade e padronização dos materiais utilizados nas obras públicas.

Dessa forma, justifica-se a necessidade da contratação, sob demanda, de empresa especializada no fornecimento de materiais de construção, garantindo maior eficiência na execução das atividades municipais e melhor atendimento às necessidades da comunidade de Bonópolis.

2 - PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

Fundamentação: demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração (Inciso II do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025, tendo em vista que este instrumento de governança foi elaborado pela Municipalidade. (Inciso II do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

3 – REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: requisitos da contratação (Inciso III do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A empresa licitante deve proporcionar a entrega dos materiais de construção solicitados no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da Ordem de Compras, para atender as necessidades das Secretarias conforme condições, quantidades, exigências e estimativas a serem estabelecidas no Termo de Referência.

A definição do prazo de entrega em 05 (cinco) dias justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade e o bom funcionamento dos serviços públicos municipais. O município de Bonópolis não dispõe de almoxarifado adequado para o armazenamento de grandes quantidades de produtos, e os espaços disponíveis são limitados, o que inviabiliza o estoque prolongado de materiais.

Além disso, a entrega rápida contribui para a otimização da gestão de recursos, evitando desperdícios, perdas e vencimentos de produtos, assegurando que os equipamentos adquiridos sejam utilizados de forma imediata e eficaz. Dessa forma, o prazo reduzido de entrega visa garantir maior eficiência na execução das atividades administrativas e assistenciais, beneficiando diretamente a população que depende dos serviços prestados.

A contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A contratada deverá fornecer diretamente o objeto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto demandado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

A empresa deverá fornecer os produtos, produzidos de acordo com as normas vigentes, especialmente as sanitárias, de boa qualidade e de excelente aceitação no mercado, com prazo de validade superior a seis (6) meses.

Os itens deverão possuir garantia contra não conformidades de fabricação, a contar do recebimento definitivo dos mesmos, sendo esta garantia de sua total responsabilidade, inclusive os custos no que tange o transporte da CONTRATANTE à CONTRATADA e seu devido retorno a CONTRATANTE.

Os materiais de construção deverão ser de primeira qualidade, atendendo ao disposto na legislação de acordo com as característica de cada produto (organolépticas, físico-químicas, microbiológicas, microscópicas, toxicológicas), estabelecida pela Agencia Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA, Ministério da Agricultura/Pecuária e Abastecimento e pelas Autoridades Sanitárias Locais para cada gênero descrito conforme tabela de especificação e quantidades e registro no órgão fiscalizador da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, quando couber.

Só será aceito o fornecimento dos produtos que estiverem de acordo com as especificações mínimas exigidas abaixo:

•Identificação do produto;

• Embalagem original e intacta;

• Data de fabricação;

• Data de validade;

• Peso líquido;

• Número do Lote;

•Nome do fabricante;

• Registro no órgão fiscalizador quando couber.

A contratada deverá prestar todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados, relacionados com as características dos gêneros fornecidos.

A contratada deverá arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do fornecimento dos gêneros, sem qualquer ônus para a contratante.

A contratada deverá repetir procedimentos às suas próprias custas para correção de falhas verificadas, principalmente na hipótese de aquisição do objeto em desacordo com as condições pactuadas.

Os riscos de impactos ocasionados devido a produção na indústria, as empresas deverão atentar para as práticas de mitigação dos impactos na produção, como as lei e Resoluções que orientam a produção sustentável dessas atividades.

4 - ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

Fundamentação: estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala (Inciso IV do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Os quantitativos foram definidos com base em um levantamento realizado pelo município, levando em consideração os projetos/construções e reformas programadas para o ano de 2025. Para atender ao crescimento da procura pelos serviços públicos municipais, foi aplicado um acréscimo de 10% (dez por cento) na estimativa de consumo, garantindo que as necessidades da população sejam plenamente atendidas. Segue abaixo planilha detalhada:

LOTE	ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QTDE.	MÉDIA ARITMÉTICA	TOTAL
1	1	AÇO CA-50 - 6,3 MM (1/4") - barra com 12m	br	1000	27,03	27.030,00
1	2	AÇO CA-50 - 8,0 MM (5/16") - barra com 12m	br	1000	44,43	44.430,00
1	3	AÇO CA-50 10,0 MM (3/8") - barra com 12m	br	500	70,71	35.355,00
1	4	AÇO CA-50 12,5 MM (1/2") - barra com 12m	br	500	111,66	55.830,00
1	5	AÇO CA-60 B - 5,0 MM - barra com 12m	br	2000	20,93	41.860,00
1	6	ARAME GALVANIZADO Nº 14 BWG	Kg	300	29,43	8.829,00
1	7	ARAME GALVANIZADO Nº 18 BWG	Kg	300	30,69	9.207,00
1	8	ARAME RECOZIDO 18 BWG	Kg	500	30,71	15.355,00
1	9	AREIA FINA	m3	300	216,26	64.878,00
1	10	AREIA GROSSA	m3	300	206,86	62.058,00
1	11	AREIA MÉDIA	m3	300	203,42	61.026,00
1	12	ARGAMASSA DE CIMENTO COLA FLEXIVEL (EXTERIOR) embalagem com 20kg	Kg	430	64,68	27.812,40
1	13	ARGAMASSA DE CIMENTO COLANTE embalagem com 20kg	Kg	715	22,08	15.787,20
1	14	ARGAMASSA DE REJUNTAMENTO	Kg	500	7,75	3.875,00
1	15	BRITA Nº 0	m3	125	362,22	45.277,50
1	16	BRITA Nº 1	m3	125	346,66	43.332,50
1	17	CAIBRO 5x6 CM	m	2950	13,58	40.061,00
1	18	CAL PARA PINTURA	Kg	1500	26,88	40.320,00

1	19	CERÂMICA 30X40 (DIMENSÃO APROXIMADA) - REVESTIMENTO DE PAREDE	m2	1730	40,57	70.186,10
1	20	CERAMICA 45x45 (DIMENSÃO APROXIMADA) - PISO PEI MAIOR OU IGUAL A 4	m2	2250	35,35	79.537,50
1	21	CHAPA GALVANIZADA 40 CM (Nº 26)	m	100	34,12	3.412,00
1	22	CHAPA GALVANIZADA 60 CM (Nº 26)	m	100	57,00	5.700,00
1	23	CIMENTO PORTLAND CPII-32 - embalagem com 50kg	Kg	3000	42,91	128.730,00
1	24	CUMEEIRA PARA TELHA COLONIAL RESINADA COR VERMELHA	un	500	2,21	1.105,00
1	25	CUMEEIRA PARA TELHA PLAN RESINADA COR VERMELHA	un	500	5,68	2.840,00
1	26	DILUENTE AGUARRÁS	LITRO	100	21,19	2.119,00
1	27	DOBRADIÇA FERRO POLIDO 3.1/2 x 3" COM PARAFUSO	un	300	5,80	1.740,00
1	28	EMULSÃO ASFÁLTICA À BASE D'ÁGUA REF.: NEUTROL (ISOL 2) / IGOL 2 OU EQUIVALENTE	LITRO	180	219,95	39.591,00
1	29	FECHADURA TIPO ALAVANCA 6236 I LAFONTE /8766 I-18 IMAB OU EQUIVALENTE	un	100	75,12	7.512,00
1	30	FECHO LATERAL (TIPO ORELHA) PARA JANELA DE CORRER	PAR	100	14,50	1.450,00
1	31	LIXA PARA FERRO Nº 100	un	150	3,48	522,00
1	32	LIXA PARA PAREDE Nº 100	un	300	1,86	558,00
1	33	MASSA CORRIDA ACRILICA embalagem com 20kg	Kg	25	80,16	2.004,00
1	34	MASSA CORRIDA PVA embalagem com 20kg	Kg	250	50,53	12.632,50
1	35	MASSA PLASTICA	Kg	25	18,29	457,25
1	36	PORTA LISA 60/DURADOR/COSTELO/FUCK	un	20	221,64	4.432,80
1	37	PORTA LISA 70/DURADOR/COSTELO/FUCK	un	30	258,17	7.745,10
1	38	PORTA LISA 80/DURADOR/COSTELO/FUCK	un	40	257,62	10.304,80
1	39	PORTA LISA 90x210/DURADOR/COSTELO/FUCK	un	10	314,08	3.140,80
1	40	PORTAL DE MADEIRA	Jg	100	321,47	32.147,00
1	41	POSTE MADEIRA ROLIÇA (EUCALIPTO COM TRATAMENTO) PARA CERCA (H = 2,20 M)	un	200	32,21	6.442,00
1	42	PREGO 15x15	Kg	50	18,57	928,50
1	43	PREGO 17 X 21	Kg	150	18,99	2.848,50
1	44	PREGO 18x24	Kg	100	18,52	1.852,00
1	45	PREGO 18x30	Kg	50	18,55	927,50
1	46	PREGO 19x27	Kg	50	18,37	918,50
1	47	RIPA DE MADEIRA 5x1	m	3000	2,81	8.430,00
1	48	RIPAO DE MADEIRA 15 CM	m	280	6,43	1.800,40
1	49	SARRAFO DE MADEIRA 10 CM	m	3000	5,62	16.860,00
1	50	SELADOR ACRILICO embalagem com 18L	LITRO	50	120,06	6.003,00
1	51	TABUA PARA FORMA (30CM)	m	750	62,90	47.175,00
1	52	TELHA AMERICANA RESINADA COR VERMELHA	un	20000	2,26	45.200,00
1	53	TELHA ONDULADA 6 MM (L=1,10 M)	m2	366	118,63	43.418,58
1	54	TELHA PLAN RESINADA COR VERMELHA	un	20000	1,38	27.600,00

1	55	TIJOLO COMUM MACIÇO (4,5x9x19cm)	un	15000	1,52	22.800,00
1	56	TIJOLO FURADO 9X14X29 CM 6 FUROS	un	75000	1,29	96.750,00
1	57	TIJOLO FURADO 9x19x19 CM	un	50000	1,27	63.500,00
1	58	TINTA ESMALTE	LITRO	75	105,52	7.914,00
1	59	TINTA LATEX ACRÍLICA 2ª LINHA/ECONÔMICA embalagem com 18L	LITRO	50	413,23	20.661,50
1	60	TINTA PVA LATEX embalagem com 18L	LITRO	50	430,00	21.500,00
1	61	TINTA TEXTURIZADA embalagem com 25kg	Kg	100	158,30	15.830,00
1	62	VIDRO LISO 4 MM - CORTADO E COLOCADO	m2	15	191,33	2.869,95
1	63	VIDRO LISO 5 MM - CORTADO E COLOCADO	m2	75	271,23	20.342,25
1	64	VIDRO TEMPERADO 10 MM S/METAIS - CORTADO E COLOCADO	m2	30	257,07	7.712,10
1	65	VIGOTA DE MADEIRA 6x12	m	1000	29,44	29.440,00
1	66	CABO DE COBRE NU 10 MM2	m	100	10,49	1.049,00
1	67	CABO DE COBRE NU 16 MM2	m	50	18,54	927,00
1	68	CABO FLEXIVEL PARALELO 2 X 1,0 MM2	m	1000	6,97	6.970,00
1	69	CABO FLEXIVEL PARALELO 2 X 1,5 MM2	m	1000	5,61	5.610,00
1	70	CABO FLEXIVEL PARALELO 2 X 2,5 MM2	m	1000	8,67	8.670,00
1	71	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 10 MM2	m	500	12,21	6.105,00
1	72	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 4 MM2	m	2000	6,00	12.000,00
1	73	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 2,5 MM2	m	5000	2,94	14.700,00
1	74	CABO FLEXÍVEL, PVC (70° C), 450/750 V, 6 MM2	m	1000	7,27	7.270,00
1	75	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 10 A 32- A	un	200	14,32	2.864,00
1	76	DISJUNTOR MONOPOLAR DE 35 A 50- A	un	25	24,98	624,50
1	77	DISJUNTOR TRIPOLAR 40 A 50A	un	20	53,45	1.069,00
1	78	DISPOSITIVO DE PROTEÇÃO CONTRA SURTOS (DPS) 275V 90 KA	un	10	156,37	1.563,70
1	79	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL (MANGUEIRA CORRUGADA LEVE) DIAM. 20MM	m	1250	2,39	2.987,50
1	80	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL (MANGUEIRA CORRUGADA LEVE) DIAM. 25MM	m	2000	2,90	5.800,00
1	81	ELETRODUTO PVC FLEXÍVEL (MANGUEIRA CORRUGADA LEVE) DIAM. 32MM	m	1000	3,70	3.700,00
1	82	FITA ISOLANTE, ROLO DE 10,00 M	un	50	8,39	419,50
1	83	FITA ISOLANTE, ROLO DE 20,00 M	un	50	15,39	769,50
1	84	FITA ISOLANTE, ROLO DE 5,00 M	un	100	4,98	498,00
1	85	HASTE COPPERWELD 5/8" X 2,40 M COM CONECTOR	un	25	90,66	2.266,50
1	86	INTERRUPTOR 1 SEÇÃO (LINHA X OU EQUIVALENTE) - CONJUNTO	un	200	11,13	2.226,00
1	87	INTERRUPTOR 2 SEÇÕES (LINHA X OU EQUIVALENTE) - CONJUNTO	un	75	11,79	884,25
1	88	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (DR) BIPOLAR DE 40A- 30mA	un	5	38,58	192,90
1	89	INTERRUPTOR DIFERENCIAL RESIDUAL (DR) BIPOLAR DE 63A- 30MA	un	5	168,97	844,85

1	90	INTERRUPTOR PARALELO SIMPLES (1 SECAO) - (SUPORTE+MÓDULO+ESPELHO)	un	50	15,25	762,50
1	91	INTERRUPTOR SIMPLES (1 SECAO) - (SUPORTE+MÓDULO+ESPELHO)	un	100	11,01	1.101,00
1	92	INTERRUPTOR SIMPLES (2 SECOES) - (SUPORTE+MÓDULOS+ESPELHO)	un	50	11,71	585,50
1	93	INTERRUPTOR SIMPLES (3 SECOES) - (SUPORTE+MÓDULOS+ESPELHO)	un	25	14,97	374,25
1	94	INTERRUPTOR SIMPLES 1 SEÇÃO E 1 TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A CONJUGADOS - (SUPORTE+MÓDULOS+ESPELHO)	un	350	18,97	6.639,50
1	95	LÂMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 12/15 W, 1000 A 1400 LUMENS, LUZ BRANCA	un	250	21,23	5.307,50
1	96	LÂMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 17/20 W, 1500 A 1900 LUMENS, LUZ BRANCA	un	100	25,53	2.553,00
1	97	LÂMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 30 W, 2400 A 3000 LUMENS, LUZ BRANCA	un	50	30,91	1.545,50
1	98	LÂMPADA BULBO LED, BASE E27, BIVOLT 8/9 W, 800 A 900 LUMENS, LUZ BRANCA	un	250	14,75	3.687,50
1	99	PADRAO MONOFASICO 10 MM2 H=5 METROS	un	10	1.024,33	10.243,30
1	100	PADRAO MONOFASICO 10 MM2 H=7 METROS	un	10	1.110,70	11.107,00
1	101	PADRAO TRIFASICO 10 MM2 H=5 METROS	un	3	1.753,80	5.261,40
1	102	PADRAO TRIFASICO 10 MM2 H=7 METROS	un	3	2.385,72	7.157,16
1	103	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE EMBUTIR EM PVC CB 12E - 80A	un	30	131,68	3.950,40
1	104	QUADRO DE DISTRIBUICAO DE EMBUTIR EM PVC CB 24E - 80A	un	10	175,93	1.759,30
1	105	TAMPA CEGA PLÁSTICA 4"X2" COM FURO CENTRAL (PARA TV/SOM...)	un	150	5,90	885,00
1	106	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 10A - 250V (LINHA X OU EQUIVALENTE) - CONJUNTO MONTADO	un	500	11,13	5.565,00
1	107	TOMADA HEXAGONAL 2P + T - 20A - 250V (LINHA X OU EQUIVALENTE) - CONJUNTO MONTADO	un	50	10,81	540,50
1	108	TOMADA HEXAGONAL DUPLA 2P + T - 10A - 250V (SUPORTE+MÓDULOS+ESPELHO)	un	50	15,20	760,00
1	109	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'ÁGUA 25X3/4"	un	20	17,49	349,80
1	110	ADAPTADOR SOLDÁVEL COM FLANGES LIVRES PARA CAIXA D'ÁGUA 50X1.1/2	un	20	31,29	625,80
1	111	ADAPTADOR SOLDÁVEL CURTO COM BOLSA E ROSCA PARA REGISTRO 25X3/4"	un	100	5,72	572,00
1	112	ADESIVO PLASTICO - BISNAGA 75 G	un	150	8,50	1.275,00
1	113	ADESIVO PLASTICO - FRASCO 850 G	un	10	18,33	183,30
1	114	ANEL DE VEDAÇÃO PARA VASO SANITÁRIO	un	30	14,70	441,00
1	115	ASSENTO SIMPLES EM POLIPROPILENO PARA VASO SANITÁRIO	un	30	112,78	3.383,40

1	116	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX - 40 CM COM PARAFUSOS E BUCHAS PARA FIXAÇÃO	un	5	123,78	618,90
1	117	BARRA DE APOIO EM AÇO INOX - 80 CM COM PARAFUSOS E BUCHAS PARA FIXAÇÃO	un	5	148,71	743,55
1	118	BRAÇO METÁLICO PARA CHUVEIRO 30 CM	un	20	30,29	605,80
1	119	BUCHA DE REDUÇÃO LONGA 50 X 40 mm - (ESGOTO)	un	100	6,25	625,00
1	120	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL CURTA 32 X 25 MM	un	30	3,66	109,80
1	121	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 50 X 25 MM	un	50	8,33	416,50
1	122	BUCHA DE REDUÇÃO SOLDAVEL LONGA 50 X 32 MM	un	20	8,84	176,80
1	123	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 1000 LTS. COM TAMPA	un	10	528,46	5.284,60
1	124	CAIXA D'ÁGUA POLIETILENO 500 LTS. COM TAMPA	un	20	445,60	8.912,00
1	125	CAIXA DE DESCARGA (PVC) 9 LITROS	un	30	47,69	1.430,70
1	126	CAIXA DE GORDURA E INSPEÇÃO 19 LITROS EM PVC/ABS COM TAMPA E PORTA TAMPA E CESTO DE LIMPEZA REMOVÍVEL	un	20	149,73	2.994,60
1	127	CAP DIAM. 100 MM ESGOTO PRIMARIO	un	10	12,81	128,10
1	128	CAP DIAM. 50 MM ESGOTO PRIMARIO	un	10	8,30	83,00
1	129	CAP DIAM. 75 MM ESGOTO PRIMARIO	un	10	10,68	106,80
1	130	CAP PVC ROSCAVEL DIAMETRO 1/2"	un	100	1,86	186,00
1	131	CAP PVC ROSCAVEL DIAMETRO 3/4"	un	30	4,72	141,60
1	132	CAP PVC SOLDAVEL 25 MM	un	50	2,86	143,00
1	133	CAP PVC SOLDAVEL 32 MM	un	20	4,70	94,00
1	134	CAP PVC SOLDAVEL 50 MM	un	10	9,47	94,70
1	135	CHUVEIRO DE PVC COM BRAÇO DE PVC (DUCHA FRIA)	un	30	30,28	908,40
1	136	CHUVEIRO ELETRICO EM PVC (3 TEMPERATURAS)	un	20	87,66	1.753,20
1	137	CONJUNTO DE FIXAÇÃO COM BUCHA PLÁSTICA 10MM PARA VASO SANITÁRIO	un	30	9,37	281,10
1	138	CORPO CAIXA SIFONADA 100 X 100 X 50 MM	un	50	20,39	1.019,50
1	139	CORPO CAIXA SIFONADA 150 X 150 X 50 MM	un	50	28,90	1.445,00
1	140	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAMETRO 100 mm (ESGOTO)	un	5	37,61	188,05
1	141	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAMETRO 40 mm (ESGOTO)	un	10	19,27	192,70
1	142	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAMETRO 50 mm (ESGOTO)	un	10	23,39	233,90
1	143	CURVA 90 GRAUS LONGA DIAMETRO 75 mm - (ESGOTO)	un	5	38,90	194,50
1	144	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	un	200	6,73	1.346,00
1	145	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM	un	20	8,49	169,80
1	146	CURVA 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	un	100	31,59	3.159,00
1	147	FITA VEDAROSCA 18 MM, embalagem com 50M	METROS	100	15,65	1.565,00

1	148	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 100 mm - (ESGOTO)	un	20	9,97	199,40
1	149	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 40 mm - (ESGOTO)	un	50	6,71	335,50
1	150	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 50 mm (ESGOTO)	un	20	8,99	179,80
1	151	JOELHO 45 GRAUS DIAMETRO 75 mm (ESGOTO)	un	10	9,58	95,80
1	152	JOELHO 45 GRAUS SOLDÁVEL DIAM. 25 MM	un	50	1,93	96,50
1	153	JOELHO 45 GRAUS SOLDÁVEL DIAM. 50 MM	un	20	10,77	215,40
1	154	JOELHO 45 GRUAS SOLDÁVEL DIAM. 32 MM	un	10	6,11	61,10
1	155	JOELHO 90 GRAUS C/ANEL 40 MM	un	100	6,45	645,00
1	156	JOELHO 90 GRAUS C/ANEL 50 MM	un	50	9,70	485,00
1	157	JOELHO 90 GRAUS C/ROSCA E BUCHA LATAO 1/2"	un	300	9,03	2.709,00
1	158	JOELHO 90 GRAUS C/ROSCA E BUCHA LATAO 3/4"	un	300	8,58	2.574,00
1	159	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 100 mm (ESGOTO)	un	50	10,10	505,00
1	160	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 40 mm (ESGOTO)	un	250	4,77	1.192,50
1	161	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 50 mm (ESGOTO)	un	50	6,66	333,00
1	162	JOELHO 90 GRAUS DIAMETRO 75 mm (ESGOTO)	un	20	9,97	199,40
1	163	JOELHO 90 GRAUS SOLD.C/BUCHA LATAO DIAM. 25 X 3/4"	un	50	8,42	421,00
1	164	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	un	500	1,98	990,00
1	165	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM	un	100	2,87	287,00
1	166	JOELHO 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	un	100	10,36	1.036,00
1	167	JOELHO DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDÁVEL COM BUCHA LATAO 25X1/2"	un	250	8,94	2.235,00
1	168	JUNCAO 45 GRAUS DIAMETRO 40 mm (ESGOTO)	un	20	6,88	137,60
1	169	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 100 X 100 mm (ESGOTO)	un	10	21,30	213,00
1	170	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 100 X 50 MM - (ESGOTO)	un	10	34,57	345,70
1	171	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 100 X 75 MM (ESGOTO)	un	10	38,39	383,90
1	172	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 50 X 50 MM (ESGOTO)	un	10	11,04	110,40
1	173	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 75 X 50 MM - (ESGOTO)	un	10	28,32	283,20
1	174	JUNCAO SIMPLES DIAMETRO 75 X 75 MM - (ESGOTO)	un	10	27,50	275,00
1	175	KIT CAVALETE (D=25MM P/ HIDRÔMETROS 1,5 M3; 3 M3 E 5 M3) + CAIXA PADRÃO "A" DA SANEAGO	un	25	141,44	3.536,00
1	176	LAVATÓRIO MÉDIO COM COLUNA	un	30	265,93	7.977,90
1	177	LAVATÓRIO MÉDIO SEM COLUNA	un	20	155,50	3.110,00
1	178	LIGACAO FLEXIVEL (ENGATE) PVC 1/2"	un	150	12,31	1.846,50
1	179	LUVA DE REDUCAO SOLDÁVEL 32 X 25 MM	un	20	3,35	67,00
1	180	LUVA DE REDUÇÃO SOLDAVEL COM BUCHA DE LATAO 25 X 3/4"	un	100	3,55	355,00

1	181	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL COM BUCHA LATAO 25X1/2"	un	100	8,80	880,00
1	182	LUVA DE REDUÇÃO SOLDÁVEL COM ROSCA 25X1/2"	un	100	5,26	526,00
1	183	LUVA SIMPLES DIAMETRO 100 mm - (ESGOTO)	un	50	10,28	514,00
1	184	LUVA SIMPLES DIAMETRO 40 mm (ESGOTO)	un	100	3,95	395,00
1	185	LUVA SIMPLES DIAMETRO 50 mm (ESGOTO)	un	50	5,94	297,00
1	186	LUVA SIMPLES DIAMETRO 75 mm - (ESGOTO)	un	25	10,58	264,50
1	187	LUVA SOLDAVEL 25 MM	un	250	1,45	362,50
1	188	LUVA SOLDAVEL 32 MM	un	20	2,87	57,40
1	189	LUVA SOLDAVEL 50 MM	un	50	9,66	483,00
1	190	NIPLE COM ROSCA DIAMETRO 1/2"	un	20	2,90	58,00
1	191	NIPLE COM ROSCA DIAMETRO 3/4"	un	20	4,00	80,00
1	192	PARAFUSO DE FIXACAO PARA LAVATORIO COM BUCHA PLASTICA 8 MM	PR	50	5,93	296,50
1	193	PIA MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1,00 X 0,54 M (DIMENSÕES APROXIMADAS)	un	5	361,23	1.806,15
1	194	PIA MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1,20 X 0,54 (DIMENSÕES APROXIMADAS)	un	15	349,47	5.242,05
1	195	PIA MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 2,00 X 0,54 M (DIMENSÕES APROXIMADAS)	un	5	502,70	2.513,50
1	196	PLUG PVC COM ROSCA 1/2	un	250	2,67	667,50
1	197	REDUCAO EXCENTRICA 100 X 50 MM - (ESGOTO)	un	5	9,90	49,50
1	198	REDUCAO EXCENTRICA 100 X 75 MM - (ESGOTO)	un	5	12,69	63,45
1	199	REDUCAO EXCENTRICA 75 X 50 MM - (ESGOTO)	un	5	9,97	49,85
1	200	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAM. 1"	un	10	97,76	977,60
1	201	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAM.1.1/2"	un	10	100,27	1.002,70
1	202	REGISTRO DE GAVETA C/CANOPLA DIAM.3/4"	un	50	97,20	4.860,00
1	203	REGISTRO DE PRESSAO C/CANOPLA DIAM. 3/4"	un	50	106,30	5.315,00
1	204	SABONETEIRA EM METAL / ACABAMENTO CROMADO C/ BUCHA/PARAFUSO	un	20	36,92	738,40
1	205	SIFAO FLEXIVEL UNIVERSAL (SANFONADO) EM PVC PARA LAVATORIO	un	100	7,96	796,00
1	206	TANQUE MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1 BATEDOR	un	10	155,22	1.552,20
1	207	TANQUE MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 1 CUBA E 1 BATEDOR	un	25	155,22	3.880,50
1	208	TANQUE MARMORE/GRANITO SINTÉTICO 2 CUBAS E 1 BATEDOR	un	15	156,50	2.347,50
1	209	TE 90 GRAUS DIAMETRO 40 MM - (ESGOTO)	un	200	16,70	3.340,00
1	210	TE 90 GRAUS SOLDAVEL COM BUCHA DE LATÃO NA BOLSA CENTRAL 25 X 25 X 1/2"	un	50	9,70	485,00
1	211	TE 90 GRAUS SOLDAVEL COM ROSCA NA BOLSA CENTRAL 25 X 25 X 1/2"	un	50	9,53	476,50
1	212	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 25 MM	un	250	5,48	1.370,00

1	213	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 32 MM	un	50	6,11	305,50
1	214	TE 90 GRAUS SOLDAVEL DIAMETRO 50 MM	un	100	12,04	1.204,00
1	215	TE DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDAVEL 50 X 25 MM	un	50	12,95	647,50
1	216	TE DE REDUCAO 90 GRAUS SOLDAVEL 50 X 32 MM	un	10	17,33	173,30
1	217	TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 100 mm - (ESGOTO)	un	100	19,10	1.910,00
1	218	TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 50 mm - (ESGOTO)	un	25	16,44	411,00
1	219	TE SANITARIO DIAMETRO 100 X 75 mm - (ESGOTO)	un	10	16,27	162,70
1	220	TE SANITARIO DIAMETRO 50 X 50 mm - (ESGOTO)	un	50	7,66	383,00
1	221	TE SANITARIO DIAMETRO 75 X 50 mm - (ESGOTO)	un	10	10,48	104,80
1	222	TE SANITARIO DIAMETRO 75 X 75 mm - (ESGOTO)	un	10	10,98	109,80
1	223	TORNEIRA DE BOIA DIAMETRO 3/4" (20 MM)	un	50	69,17	3.458,50
1	224	TORNEIRA DE MESA PARA PIA DIAMETRO 1/2 - BICA MÓVEL	un	15	91,06	1.365,90
1	225	TORNEIRA DE PAREDE COM AREJADOR PARA TANQUE DIAM. 1/2" E 3/4"	un	25	183,44	4.586,00
1	226	TORNEIRA DE PAREDE PARA PIA OU BEBEDOURO DIÂMETRO 1/2" E 3/4"	un	25	165,96	4.149,00
1	227	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 100 MM	m	600	78,57	47.142,00
1	228	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 40 MM	m	900	48,78	43.902,00
1	229	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 50 MM	m	480	65,50	31.440,00
1	230	TUBO SOLDAVEL PARA ESGOTO DIAMETRO 75 MM	m	150	80,40	12.060,00
1	231	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 25 MM	m	900	25,58	23.022,00
1	232	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 32 MM	m	150	54,35	8.152,50
1	233	TUBO SOLDAVEL PVC MARROM DIAM. 50 MM	m	600	98,92	59.352,00
1	234	VALVULA PARA LAVATORIO PVC 1"	un	50	16,16	808,00
1	235	VALVULA PARA TANQUE PVC 1"	un	75	5,22	391,50
1	236	VASO SANITARIO COM CAIXA ACOPLADA COM DUPLO ACIONAMENTO	un	20	676,14	13.522,80
1	237	VASO SANITARIO CONVENCIONAL	un	10	296,80	2.968,00
					TOTAL	R$ 2.118.808,34

5 – LEVANTAMENTO DE MERCADO

Fundamentação: levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar (Inciso V do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Diante das necessidades identificadas neste estudo, a resolução efetiva dessas demandas requer a contratação de empresa(s) cujo ramo de atividade esteja alinhado com o objeto em questão.

Para isso, foram examinadas contratações semelhantes realizadas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a diferentes editais, visando identificar possíveis novas metodologias, tecnologias ou inovações que pudessem melhor atender às necessidades da municipalidade.

Não foram observadas variações significativas no que diz respeito à execução do objeto, especialmente no papel desempenhado pelo tipo de empresa que se pretende contratar. A diferenciação, nesse contexto, reside na modalidade de licitação aplicada a cada caso, conforme permitido pela normativa vigente. Assim, a aquisição dos produtos mencionados neste Estudo Técnico Preliminar se apresenta, no cenário atual, como uma necessidade frequente e prioritária para administração.

Há, no mercado, diversos fornecedores que trabalham com os produtos solicitados, desde fabricantes, distribuidores e comerciantes, não havendo, portanto, restrições de mercado,

Outrora, o Município de Bonópolis observou que a melhor forma de realização do procedimento licitatório se dá com a delimitação de âmbito regional, na forma do art. 47 e 48, § 2º da LC 123/2006 e art. 2º, §1º, II, da IN 0008/2016 do TCM.

Deste modo, desde de que justificado, na realização de procedimento licitatório poderá se estabelecer a prioridade de contratação para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas local ou regionalmente, até o limite de 10% (dez por cento) do melhor preço válido.

A realização de um pregão delimitado em âmbito regional visa atender de maneira eficaz e estratégica as necessidades do município de Bonópolis, bem como de outros municípios próximos, ao promover o desenvolvimento econômico local e regional e garantir que os fornecedores tenham condições de atender com maior agilidade e qualidade as demandas públicas. A limitação local da concorrência no pregão também é justificada por uma série de fatores econômicos, logísticos, sociais e ambientais.

Ao restringir a participação no pregão a empresas situadas na região do município, o município fortalece a economia local e regional, promovendo a criação e a sustentação de empregos no município e nas proximidades. A injeção de recursos por meio da contratação de empresas locais e regionais resulta em um ciclo virtuoso, no qual o capital permanece na cidade e na região, contribuindo para o crescimento das empresas e o aumento da renda da população, além de promover a circulação de recursos dentro da economia regional.

A delimitação regional possibilita uma logística mais eficiente e menos custosa, uma vez que as empresas participantes estão mais próximas do local de prestação de serviços ou entrega de produtos. Isso reduz custos com transporte e armazenagem, além de permitir que a entrega ocorra de maneira mais ágil, evitando atrasos e minimizando o impacto de possíveis imprevistos. A proximidade também facilita eventuais manutenções e substituições, quando necessárias, melhorando a resposta às demandas do município.

A redução das distâncias percorridas pelos fornecedores regionais resulta em menor emissão de gases poluentes e em uma pegada de carbono reduzida, alinhando a política de contratações do município às práticas sustentáveis. Ao contratar empresas regionais, o município contribui para um desenvolvimento mais equilibrado e com menor impacto ambiental, ao mesmo tempo em que estimula ações de responsabilidade socioambiental por parte das empresas participantes.

A realização de um pregão em âmbito regional estimula a competitividade entre empresas locais e regioanis, levando-as a melhorar a qualidade de seus produtos e serviços para atender às exigências de contratações públicas. Esse incentivo também promove o fortalecimento de negócios regionais, que passam a se capacitar para competir não só em nível local, mas também em níveis mais amplos no futuro, criando um ambiente de desenvolvimento sustentável e saudável no longo prazo.

As empresas regionais tendem a ter um melhor entendimento das necessidades locais e estão mais integradas à realidade da região. Isso facilita a construção de parcerias duradouras entre a administração pública e os fornecedores, o que melhora a comunicação, a confiança e a qualidade dos serviços prestados. Além disso, o fortalecimento dessas relações permite que os serviços sejam ajustados às especificidades e particularidades locais, gerando maior eficiência nos resultados.

Empresas regionais, por estarem fisicamente próximas e mais conectadas à realidade do município, possuem uma maior capacidade de resposta às demandas da administração pública, inclusive em situações de urgência. Esse vínculo geográfico e econômico facilita a gestão de contratos e permite um acompanhamento mais próximo e eficaz das entregas e serviços, garantindo que o município possa resolver problemas de forma mais rápida e com menor burocracia.

Ao limitar o pregão ao âmbito regional, o município assegura que os recursos públicos sejam distribuídos de forma mais equitativa entre empresas de diferentes portes, incluindo micro e pequenas empresas que, em um pregão de abrangência nacional ou internacional, poderiam não ter condições de competir com grandes corporações. Isso promove a justiça econômica e fortalece a economia local, reduzindo as desigualdades entre diferentes regiões.

A realização de pregões em âmbito local é uma ferramenta importante para fortalecer políticas públicas de desenvolvimento local e regional, promovendo uma maior integração entre municípios e regiões vizinhas. Isso também favorece a construção de um tecido econômico mais robusto, com fornecedores locais ganhando protagonismo e contribuindo para o desenvolvimento conjunto da cidade, além de permitir maior cooperação entre esferas públicas e privadas.

A realização de pregões com delimitação em âmbito regional é uma estratégia que favorece a economia local e regional, otimiza a logística de fornecimento e serviços, promove práticas sustentáveis e fortalece as empresas da região, gerando benefícios tanto para o município de Bonópolis quanto para seus cidadãos. Além disso, o atendimento às demandas locais por empresas que conhecem as particularidades da região resulta em serviços e produtos mais adequados e em uma gestão pública mais eficiente.

Passando adiante, a LC 123/2006 estabelece, ainda, ser necessário o mínimo de três fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas localmente ou regionalmente capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório, o que restará devidamente demonstrado, visto que foi feito levantamento de empesas que regularmente participam de procedimentos licitatórios e estão aptas a atender o objeto desta licitação:

Nº	Nome da empresa	CNPJ	ENDEREÇO
1	CONSCRIA -MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO	08.259.956/0001-14	AV.10 DE NOVEMBRO,QUADRA 28,LOTE,06 E 07,CENTRO,BONOPOLIS-GO.CEP.76.570-000
2	LICITANET		
3	PNCP		

6 - ESTIMATIVA DE VALOR PARA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: Estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação; (Inciso VI do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

A estimativa de valor será realizada mediante constatação de acordo com a cotação dos itens, levando em consideração a pesquisa de preços realizada junto ao banco de preços, que consubstanciou o montante de R$ 2.118.808,34 (dois milhões, cento e dezoito mil, oitocentos e oitenta reais e trinta e quatro centavos).

7 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Fundamentação: descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso (Inciso VII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Constata-se que a solução mais adequada ao atendimento da necessidade é a realização do certame licitatório, na modalidade pregão eletrônico, para fins de formalização de Registro de Preços para contratação de empresa para fornecimento de materiais de construção.

Com efeito, nos termos do referido art. 56, da Lei Federal n. 14.133/2021, serão admitidos na fase de seleção do fornecedor, os modos de disputa aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes, ou fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação, os quais podem ser adotados de forma isolada ou conjunta.

Por outro lado, não se pode deixar de mencionar que, nos termos do §1º do art. 56 da Lei Federal n. 14.133/2021, “a utilização isolada do modo de disputa fechado será vedada quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto”.

Assim, estando-se diante da modalidade licitatória “pregão”, os únicos modos de disputa possíveis são “aberto” ou “aberto-fechado”.

Nas precisas lições de Victor Aguiar Jardim de Amorim:

[...] o melhor modo de disputa possível não é aquele que simplesmente tenha o condão de esgotar ao máximo as possibilidades de lances (como uma leitura fácil e opaca poderia sugerir ser o caso do modo "aberto"), mas sim aquela forma de disputa que venha a materializar uma concepção adequada da eficiência do processo licitatório sem descurar das necessidades primárias e secundárias da Administração. Com efeito, o melhor modo de disputa seria aquele que correspondesse a um “mecanismo de concorrência” que conjugasse, em equilíbrio, a "maximação das ofertas" e a "razoável duração do processo licitatório". (A fase de lances na Nova Lei de Licitações sob a perspectiva da “teoria dos leilões”: Contributos para a futura regulamentação dos modos de disputa).

No modo de disputa aberto, os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes. Por outro lado, no modo de disputa aberto/fechado deve ocorrer uma fase eliminatória inicial, por meio de lances abertos e sucessivos, com finalização posterior em uma fase fechada, entre os melhores classificados na fase aberta.

No caso em apreço, muitos dos encargos são parametrizados em legislação (tributos), acordo de convenção coletiva ou convenção coletiva de trabalho (remuneração e demais encargos trabalhistas), ao passo que outras variáveis (como insumos e equipamentos) são passíveis de dimensionamento dos custos pela própria Administração Pública, mediante utilização dos parâmetros de pesquisas enumerados no Decreto Estadual n. 15.940/2022.

Dessa forma, constata-se haver uma homogeneidade nos custos dos licitantes para prestação do referido serviço, o que justifica a adoção do modo de disputa “aberto”.

Inclusive, nesse ponto, cita-se o escólio de Bradson Camelo, Marcos Nóbrega e Ronny Charles Lopes de Torres:

Em uma análise geral, mas não absoluta, visto que nuances específicas podem e devem contribuir para a escolha do modelo mais eficiente, podemos sugerir que as modelagens abertas são mais propícias em mercados competitivos onde os custos dos licitantes é homogêneo, enquanto o fechado pode ser mais interessante quando essa homogeneidade inexiste. (Análise econômica das licitações e contratos: De acordo com a Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações). Belo Horizonte: Fórum, 2022, p. 90).

Dessa forma, resta justificado o modo de disputa adotado.

É admissível a contratação na medida em que for realizada de forma comedida, respeitando-se os princípios da razoabilidade, moralidade e economicidade, e presente a vinculação direta desse tipo de despesa com os objetivos institucionais do órgão ou da entidade.

Outrossim, salientamos que adoção do Sistema de Registro de Preços importa em diversos resultados positivos para Administração Pública já que, conforme afirma Sidney Bittencourt (Licitação de Registro de Preços: Comentários ao Decreto no 7.892 de 23 de janeiro de 2013, 5 ed., Belo Horizonte: Fórum, 2019), citando Norton Moraes, diversos fatores determinam a vantagem na adoção do SRP:

a) não forma estoque;

b) não se desperdiça material deteriorado;

c) não se ocupa espaço útil;

d) não há obrigatoriedade de comprar, não existe compromisso da Administração, pode ser usado por outra unidade;

e) com uma única licitação, realizam-se compras para todo o ano;

f) economizam-se recursos com publicações;

g) compram-se apenas as quantidades realmente necessárias e nas ocasiões próprias; e

h) podem-se dirigir os recursos às mais imediatas necessidades.

Este sistema permite atender uma eventual e futura necessidade, de forma a aumentar a eficiência administrativa, reduzir o número de licitações, possibilitar a compra progressiva, atender a mais de um órgão, reduzir custos operacionais e otimizar os processos, restando assim demonstrada a vantajosidade da opção pelo Sistema de Registro de Preço.

Em que pese haver mais de 3 fornecedores qualificados como ME e EPP, e apesar de ser bem divisível, não há vantagens para a administração a aplicação de cota reservada prevista no inciso III, art. 48 da Lei Complementar 123/2006.

Ante ao exposto no presente caso aplica-se o art. 49, inciso III da Lei Complementar 123/2006, in verbis:

III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;(grifo nosso)

Sendo assim não será aplicado o tratamento diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte.

O prazo de vigência da ata decorrente deste processo, deverá atender o art.84 da Lei Federal 14.133/2021.

Outrossim, optamos pela possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços pelos Órgãos não participantes, a fim de tornar as contratações da Administração Pública mais céleres, eficientes e racionais, de forma a reduzir custos e gerar economia de recursos para os Entes

Prosseguindo, justifica-se a permissibilidade de Adesão a Ata de Registro de Preços para que não ocorram interrupções na prestação do serviço público, o que geraria reflexos diretos no atendimento à população, tendo em vista o exíguo prazo para que os órgãos manifestem intenção ao registro de preços, quantificando e justificando sua necessidade, muitas vezes faz com que os mesmos fiquem de fora do processo de registro de preços, sendo a adesão um importante instrumento para garantir a continuidade da prestação do serviço público ou aquisição de determinado bem.

Por conseguinte, destaca-se a necessidade de realização do certame licitatório em que reste estabelecido o tratamento diferenciado para ME e EPP, objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito local, na forma do art. 47 e 48, § 3º da LC 123/2006.

Ademais, o objeto dessa licitação é classificado como serviço comum, pois possui especificação usual de mercado e padrão de qualidade definidas em Edital, nos termos do parágrafo único do art. 6°, inciso XIII, da Lei Federal n. 14.133/2021.

Por fim, salientamos que o processo de contratação de empresa não possui elementos que o enquadrem como sigiloso, devendo estar disponível a qualquer interessado.

8- JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da contratação (Inciso VIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021)

O parcelamento da contratação justifica-se quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade sem perda da economia de escala.

Considerando as especificidades do presente objeto a demanda será parcelada, haja visto, se comprovarem ser técnica e economicamente viável, com vistas a propiciar o melhor aproveitamento do mercado e a ampliação da competitividade.

A solução foi parcelada em itens separados, tendo em vista que o parcelamento da solução é a regra, devendo a licitação ser realizada por item, sempre que o objeto for divisível, desde que se verifique não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala, visando propiciar a ampla participação de licitantes, que embora não disponham de capacidade para execução da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas. Em exame da natureza dos itens que ora se pretende adquirir nessa contratação, não se verifica quaisquer especificidades que venham exigir seu agrupamento, devendo prevalecer a regra geral de parcelamento como forma de garantir a ampla concorrência

9 – DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS

Fundamentação: demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis (Inciso IX do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021)

Alcançar benefícios diretos e indiretos, em termos de economicidade, eficácia, eficiência, de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.

Aumento da eficiência administrativa, redução do número de licitações, seleção de proposta mais vantajosa para a Administração Pública, redução dos custos, visando atender as necessidades das secretárias e fundos solicitantes.

Além do mais, a contratação de empresas para o fornecimento de materiais de construção trará diversos benefícios para as secretarias e órgãos do município de Bonópolis, Goiás. Com a aquisição desses itens, será possível garantir o pleno funcionamento dos serviços públicos, assegurando que os servidores tenham à disposição os recursos necessários para desempenhar suas funções com eficiência.

Um dos principais resultados dessa contratação é a melhoria das condições de trabalho nas repartições municipais. A disponibilidade de materiais de construção permitirá a continuidade de obras e dos serviços públicos, proporcionando um ambiente mais salubre tanto para os servidores quanto para os cidadãos que utilizam os serviços municipais.

Além disso, a aquisição de materiais de construção possibilitará o atendimento adequado de programas sociais, eventos comunitários e ações promovidas pelas secretarias municipais. Com isso, o município poderá oferecer estrutura a públicos específicos, para atividades e programas das secretarias municipais, fortalecendo as políticas públicas voltadas ao bem-estar da população.

A contratação por meio de pregão delimitado em âmbito regional, esta deve gerar uma série de resultados positivos, tanto para a administração pública quanto para a comunidade local.

O principal resultado esperado é o fortalecimento da economia local e regional. A contratação de fornecedores regionais promove a circulação de recursos na própria região, gerando empregos e aumentando a renda dos pequenos e médios empresários. Isso contribui diretamente para o crescimento e a dinamização econômica do município e arredores.

Com fornecedores próximos, espera-se uma significativa redução nos custos de transporte, armazenamento e distribuição de bens e serviços, uma vez que as distâncias a serem percorridas são menores. Isso também pode impactar positivamente o preço final das contratações, beneficiando o município com economia de recursos.

Empresas regionais possuem maior capacidade de resposta imediata, reduzindo o tempo de entrega de produtos e a prestação de serviços. Em situações emergenciais, por exemplo, espera-se maior flexibilidade e rapidez no atendimento às demandas do município, minimizando atrasos e prejuízos.

O incentivo à competitividade entre fornecedores regionais tende a elevar a qualidade dos produtos e serviços oferecidos. Pequenas e médias empresas locais/regionais buscarão constantemente melhorar suas operações para atender às exigências do município, o que reflete diretamente em um atendimento público mais eficiente e de melhor qualidade.

Com a redução de grandes deslocamentos logísticos, há uma expectativa de redução na emissão de gases poluentes e no impacto ambiental das atividades contratadas. Esse resultado é especialmente relevante para políticas de sustentabilidade, contribuindo para a promoção de práticas mais responsáveis em termos ambientais.

Ao contratar empresas regionais, o município estimula a criação de empregos diretos e indiretos na cidade, especialmente em pequenos e médios negócios. Isso gera maior inclusão social, redistribuição de renda e melhora as condições socioeconômicas da população, reduzindo desigualdades.

A proximidade entre o município e os fornecedores facilita a fiscalização e o acompanhamento das contratações, gerando maior transparência no uso dos recursos públicos. A administração pública poderá monitorar de perto o

cumprimento dos prazos, a qualidade dos produtos e serviços e a regularidade das entregas, garantindo maior eficiência e controle na gestão pública.

Ao contratar empresas da própria cidade, o município estabelece relações mais próximas e duradouras com seus fornecedores. Isso facilita o diálogo, a cooperação e o cumprimento de contratos, além de abrir espaço para o desenvolvimento de futuras parcerias que beneficiem o município e a região.

O pregão regional favorece o alinhamento com políticas públicas voltadas ao desenvolvimento regional. Espera-se que essa contratação reforce a integração entre a administração pública e as políticas de desenvolvimento econômico, social e ambiental da região, promovendo o crescimento de forma sustentável.

Os resultados esperados da contratação via pregão regional vão além da simples aquisição de produtos e serviços; eles impactam diretamente no desenvolvimento econômico, na sustentabilidade e na eficiência da gestão pública. O município de Bonópolis se beneficiará de um ciclo de crescimento integrado, com maior controle sobre a qualidade dos serviços, ao mesmo tempo em que promove o fortalecimento de sua economia e a melhoria das condições sociais de sua população.

Ao realizar um pregão cujo objeto é a aquisição de materiais de construção, espera-se que o município de Bonópolis atinja resultados concretos e benéficos tanto para a administração pública quanto para a comunidade local.

Ao adquirir os produtos de fornecedores regionais, espera-se maior agilidade no processo de entrega e reabastecimento contínuo. Como os fornecedores estão geograficamente próximos, as entregas podem ser realizadas com maior frequência e menores custos logísticos, evitando a interrupção de serviços essenciais e garantindo a disponibilidade constante de alimentos nos órgãos públicos.

Com a proximidade dos fornecedores, os custos com transporte e armazenamento tendem a ser menores, resultando em uma economia significativa para os cofres públicos. Além disso, a compra em grande volume possibilita obter melhores preços e condições de pagamento, ampliando o impacto positivo do uso eficiente dos recursos públicos.

Por fim, com essa medida, a administração pública reafirma seu compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população. A organização e o planejamento na aquisição desses itens refletem o compromisso da gestão municipal com a eficiência, a responsabilidade fiscal e o atendimento das necessidades básicas da comunidade, garantindo que os serviços municipais sejam prestados com qualidade, segurança e dignidade para todos.

10 - PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO

Fundamentação: providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual (Inciso X do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021)

Não serão aplicadas quaisquer providências a serem adotadas pela Administração Pública Municipal a fim de assegurar a contratação, uma vez que o objeto não exige qualquer especificidade quanto a sua operacionalidade.

11 – CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Fundamentação: contratações correlatas e/ou interdependentes (Inciso XI do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021)

Na presente contratação não haverá necessidade de contratações correlatas e/ou interdependentes.

12– IMPACTOS AMBIENTAIS

Fundamentação: descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável; (Inciso XII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021)

A contratação de materiais de construção pode gerar impactos ambientais relacionados à geração de resíduos sólidos, consumo excessivo de recursos naturais e emissão de poluentes durante a produção e transporte dos produtos. O descarte inadequado de embalagens, especialmente de plásticos e produtos químicos, pode contribuir para a poluição do solo e da água. Para mitigar esses impactos, é fundamental adotar medidas sustentáveis, como a priorização de fornecedores que utilizem embalagens recicláveis ou biodegradáveis, a aquisição de produtos de limpeza ecológicos e a implementação de programas de conscientização sobre o descarte correto dos resíduos. Além disso, a gestão municipal pode incentivar práticas como a separação de recicláveis, a redução do desperdício de alimentos e a otimização do transporte para minimizar a emissão de gases poluentes. Dessa forma, a administração pública garante que a prestação dos serviços seja feita de forma responsável, reduzindo os impactos ambientais e promovendo a sustentabilidade no município.

13- VIABILIDADE E A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Fundamentação: posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina (Inciso XIII do § 1° do art. 18 da Lei 14.133/2021).

Diante da necessidade de contratar empresa(s) especializada na provisão de materiais de construção para atender as necessidades das secretarias e fundos municipais, justifica-se a instauração deste processo licitatório. Tal medida visa garantir a continuidade das atividades administrativas e operacionais regulares da administração, além de assegurar a manutenção dos serviços públicos em padrões satisfatórios para o funcionamento eficiente, contínuo e econômico.

Bonópolis, 24 de março de 2025.

KEROLAYNE DIAS PINHEIRO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Valide a assinatura deste documento em https://bonopolis.megasoftservicos.com.br//cidadao/autenticar-assinatura com o código: ac777f